

FACULTAD INTERAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES – FICS



MARILZA DE LOURDES THOMAZINI STINGUEL

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A EVASÃO ESCOLAR: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL**

Asunción – Paraguay

2018

MARILZA DE LOURDES THOMAZINI STINGUEL

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A EVASÃO ESCOLAR: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Instituto Pedagógico
de Vitória com o objetivo de obtenção do grau de
Mestre em Ciências da Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Danielle Piontkovsky

Asunción – PY, 2018

Marilza de Lourdes Thomazini Stinguel

A Educação de Jovens e Adultos e a Evasão Escolar: Desafios e Possibilidades da
Educação Básica no Brasil

Trabalho de conclusão de curso de Mestrado apresentado à Facultad Interamericana de Ciencias Sociales de Assunción-PY como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação.

Aprovado em ____ de _____ de 2018.

Orientadora Prof^a. Dr^a. Danielle Piontkovsky

Professora Dr^a Kelly Fabiane Santos Ricardo

Professor Dr. Ismael Fernner

Professor Dr. Edson José Lira Turiano

Asunción - PY

2018

RESUMO

A dissertação apresenta, sucintamente, a análise dos mecanismos instaurados no âmbito escolar na educação de jovens e adultos, investigando a problemática da evasão e da repetência, as quais contribuem para o fracasso educacional nessa modalidade de ensino. Tem como objetivo analisar dados referentes à evasão escolar apresentados por uma escola no município de Baixo Guandu-ES, na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA, bem como discutir alternativas para a superação do fracasso escolar. Para alcançar o objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica focada em renomados teóricos e um estudo de campo na escola em questão, por meio de questionários aplicados aos alunos da EJA e professores. Dentre outros aspectos importantes desse estudo, destaca-se a importância da aprendizagem discente, a qual é apresentada como um problema sócio-político-econômico. Busca retratar, ainda, a preocupação com o contexto educacional vigente e sinaliza para a necessidade urgente da nova postura pedagógica que leve o educador a construir novos paradigmas no modo a (re) pensar sua prática pedagógica, a fim de buscar estratégias que possam amenizar os déficits educacionais na EJA. O trabalho constatou que uma pessoa bem sucedida em sua vida estudantil dificilmente deixará de gostar da escola, de frequentar as aulas e de ter suas tarefas escolares em dia. E, ao conseguir o êxito na escola, estará mais longe de drogas, da exploração no trabalho, da violência, do fracasso como futuro empregado, eleitor, contribuinte, consumidor, profissional e cidadão. Muitos estudiosos têm se dedicado à compreensão das causas do fracasso escolar na educação de jovens e adultos ao longo dos tempos e a influência da origem social, da prática pedagógica do professor e da linguagem sobre o padrão de estimulação intelectual dos sujeitos são apontadas pelos estudiosos.

Palavras Chave: Evasão, Repetência, Educação, Jovens e Adultos.

ABSTRACT

The dissertation presents, briefly, the analysis of the mechanisms established in the school context in the education of youths and adults, investigating the problem of evasion and repetition, which contribute to educational failure in this modality of teaching. The objective of this study is to analyze data on school dropout presented by a school in the municipality of Baixo Guandu-ES, in the youth and adult education category – EJA, as well as to discuss alternatives for overcoming school failure. In order to reach the proposed objective, a bibliographical research focused on renowned theorists and a field study in the school under study, realized out through questionnaires applied to the students of the EJA, professors. Among other important aspects of this study, it highlights the importance of student learning, which is presented as a socio-political-economic problem. It also portrays the concern with the current educational context and signals to the urgent need for a new pedagogical posture that will lead the educator to construct new paradigms in order to (re) think their pedagogical practice, in order to seek strategies that can reduce educational deficits in the EJA. The work found that a successful person in their student life will hardly fail to like the school, attending classes and having their schoolwork up to date. And by achieving success in school, you will be further away from drugs, from exploitation at work, from violence, from failure as a future employee, voter, taxpayer, consumer, professional and citizen. Many scholars have devoted themselves to understanding the causes of school failure in educating young people and adults over time and the influence of social origin, pedagogical practice of the teacher and language on the pattern of intellectual stimulation of the subjects are pointed out by scholars.

Key words: Evasion, Repetition, Youth and Adult, Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-Taxa de analfabetismo por região de pessoas com 15 anos ou mais	33
Figura 2 – Estrutura e duração por segmentos da EJA	43
Figura 3 – Localização do Estado do Espírito Santo no mapa do Brasil.....	66
Figura 4– Localização da cidade de Baixo Guandu no Estado do Espírito Santo.	67

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – EEEFM “Dr. Jones dos Santos Neves”.....	68
Foto 2– Alunos respondendo ao questionário.....	78
Foto 3- Professores respondendo ao questionário.....	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Quadro totalizador da EJA - 1º semestre 2016.....	55
Tabela 2- Quadro totalizador da EJA - 2º semestre 2016.....	56
Tabela 3- Quadro totalizador da EJA - 1º semestre 2017.....	57
Tabela 4- Quadro totalizador da EJA - 2º semestre 2017.....	58

LISTA DE SIGLAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado
BPM- Batalhão da Polícia Militar
CEB- Câmara de Educação Básica
CEE- Conselho Estadual de Educação
CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE- Conselho Nacional de Educação
CPCs- Centros de Cultura Popular
D.O.- Diário Oficial
DVD- Disco Digital Versátil
EEEFM- Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio
EJA- Educação de Jovens e Adultos
ES- Espírito Santo
FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEP- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH- Índice de Desenvolvimento Humano
INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IOPES- Instituto de Obras Públicas do Estado do Espírito Santo
LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDS- Ministério do Desenvolvimento Social
MEB- Movimento de Educação de Base
MEC- Ministério da Educação
MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização
ONG's- Organizações não-governamentais
ONU- Organização das Nações Unidas
PEI- Programa de Educação Integrada
PNE- Plano Nacional de Educação
PROEJA- Programa Nacional de Desenvolvimento da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
SCIELO- Scientific Electronic Library Online

SEDU- Secretaria de Estado da Educação

TV- Televisão

UNE- União Nacional dos Estudantes

UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

AGREDECIMENTO

Se você está lendo esta página é porque eu consegui. E não foi fácil chegar até aqui. Foi um longo caminho percorrido. Nada foi fácil, nem tampouco tranquilo. “A sola do pé conhece toda a sujeira da estrada” (provérbio africano).

Agradeço a DEUS, por me permitir viver esta experiência e por toda a força concedida na concretização desse sonho.

Meus queridos pais Miguel e Maria da Penha, minha estrutura, meu porto seguro. Obrigada pelo estímulo e pelo amor incondicional! A vocês que muitas vezes renunciaram aos seus sonhos para que eu pudesse realizar o meu, partilho a alegria deste momento.

A todos os meus familiares, irmãos, sobrinhos, cunhados e cunhadas, obrigada pela certeza do apoio, suporte presente e firme na longa caminhada. Há aquelas pessoas especiais que diretamente me incentivaram. Aos modelos em que procuro me espelhar sempre e por me terem ensinado a ser nobre, na essência da palavra.

Ao meu querido esposo, Paulinho, presença constante em minha vida. Obrigada pela compreensão, pelo apoio e incentivo nessa experiência e por me motivar na realização do meu sonho.

Aos queridos filhos Paulo Victor e Luís Filipe, meus amores. Por vocês, hoje concluo essa importante etapa em nossas vidas.

À professora Doutora Danielle Piontkovsky, minha orientadora e exemplo profissional. Obrigada por ter passado vários domingos comigo, mesmo distantes uma da outra. Meu reconhecimento. Quando ‘crescer’, eu quero ser como você.

Aos amigos do Mestrado, aos que desistiram da jornada, meu abraço fraterno. Continuo na torcida por vocês.

À companheira e amiga Lúcia (*in memoriam*), que partiu tão cedo dessa terra. Saudade, esse é o sentimento.

Às irmãs que Deus colocou em minha vida e escolhi para conviver. A companheira de estrada, de leitura, de boas conversas, Wagner, amiga querida. Obrigada pelos conselhos, pelos momentos de estudo, pela ajuda na tecnologia. “É tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por mais que pense estar”.

A Instituição de Ensino, EEEFM “Dr. Jones do Santos Neves” e a todos os informantes que aceitaram responder ao questionário contribuindo para esta pesquisa.

Por fim, ao Instituto Pedagógico de Vitória por oportunizar a realização de um sonho pela busca do conhecimento técnico e científico.

“Quando não souberes para onde ir, olha para trás e sabe pelo menos de onde vens” (Provérbio africano).

“O bom professor é aquele que se coloca junto com o educando e procura superar com o educando o seu não saber e suas dificuldades, com uma relação de trocas onde ambas as partes aprendem...”

(Paulo freire)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA NO BRASIL.....	18
1.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ESCREVENDO UM FUTURO PARA O PAÍS.....	23
1.2 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO DA EJA.....	28
1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA	31
1.3.1 OBJETIVO GERAL.....	31
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	32
2 ALGUNS ASPECTOS RELEVANTES DA EJA NO BRASIL	33
2.1 O PERFIL DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: OUTROS APONTAMENTOS.....	34
2.2 O PERFIL DO ALUNO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	36
2.3 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DAS METODOLOGIAS PARA A MODALIDADE EJA.....	38
2.4 OS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	39
2.5 PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE JOVENS E ADULTOS – PROEJA.....	41
2.6 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.	42
3 PAPEL SOCIAL DA ESCOLA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	45
3.1 A EVASÃO ESCOLAR EM ANÁLISE	53
3.2 METODOLOGIAS DE ENSINO PARA MINIMIZAR A EVASÃO ESCOLAR NA EJA.....	58
4 METODOLOGIA DA PESQUISA REALIZADA	63
4.1 TIPO DE INVESTIGAÇÃO.....	63
4.2 SUJEITOS DA INVESTIGAÇÃO E CAMPO DA PESQUISA: CONTEXTUALIZANDO O ESTUDO	65
4.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	76
5 DISCUSSÃO E ANÁLISE DE DADOS	78

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
7 RECOMENDAÇÕES.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95
APÊNDICES.....	104

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema a educação de jovens e adultos e a discussão atual e necessária da evasão escolar na Educação Básica brasileira, buscando identificar as causas desse processo junto aos alunos regularmente matriculados no período noturno da escola da pesquisa, no município de Baixo Guandu-ES.

A educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil é uma modalidade de ensino destinada aos discentes que não tiveram acesso ou que por algum motivo não puderam concluir o ensino regular na idade própria. A oferta ocorre para jovens e adultos a partir dos 15 anos de idade, pela Secretaria de Estado da Educação.

Nesse contexto, existe uma grande dificuldade em assegurar o sucesso e a permanência de tantos jovens e adultos nos cotidianos escolares, diante de suas demandas pessoais e profissionais – a maioria trabalha –, das condições de oferta dos cursos, das possibilidades e/ou dificuldades de interação com o contexto social. A evasão escolar na educação de jovens e adultos, portanto, se configura como um fator que contribui para o fracasso escolar e modificar essa realidade na educação brasileira torna-se uma vertente decisiva.

Vale destacar também que muitos estudiosos têm se dedicado à compreensão das causas da evasão escolar na educação de jovens e adultos e, dentre as mais recorrentes, identifica-se a influência da origem social, as metodologias pedagógicas utilizadas pelos professores e a linguagem distante do contexto social e das intelectualidades desses estudantes.

Sendo assim, a pesquisa apresenta-se organizada da forma descrita na sequência.

O primeiro capítulo traz uma retrospectiva sobre a educação de jovens e adultos no Brasil, apontando o que vem sendo realizado em relação a essa modalidade de ensino. Traz como um dos intercessores teóricos Paiva (2004), por apresentar em seus estudos uma discussão no campo teórico-pedagógico acerca do analfabetismo e da educação de jovens e adultos no país.

O segundo capítulo analisa o papel do educador na educação de jovens e adultos. Traz como teórico principal Gadotti (2000), ao afirmar que a função do educador e do exercício da função educativa no ensino da EJA é transformar a realidade do sujeito, buscando seu pleno desenvolvimento enquanto cidadão.

No terceiro capítulo são apresentados teóricos ligados ao papel social da escola na sociedade contemporânea, tendo como principal intecessor Hargreaves (2008), que mostra que o papel da educação na sociedade moderna é propor a ampliação dos conhecimentos e o desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos. Além disso, o capítulo remete ao uso de metodologias de ensino para minimizar a evasão na educação de jovens e adultos, tendo como principal referencial Libâneo (2013), ao afirmar que procedimentos e técnicas de ensino diversificadas auxiliarão na formação de alunos que possam atuar na sociedade de forma crítica e criadora.

O quarto capítulo apresenta a metodologia de pesquisa realizada, assim como a contextualização do estudo e o quinto capítulo traz uma discussão e análise dos dados, bem como discute as respostas obtidas nos questionários aplicados aos envolvidos na pesquisa.

Nesse sentido, trata-se de um estudo que busca contribuir de forma significativa para o contexto escolar, discutindo a problemática da evasão escolar na modalidade educação de jovens e adultos como uma realidade da educação brasileira e apontando possibilidades para a sua superação, de modo a garantir condições de acesso e permanência à escola mais justas e igualitárias.

1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA NO BRASIL

Na década de 30, a educação básica de adultos passou a fazer parte da história da educação do Brasil, ao mesmo tempo em que o sistema público de educação primária começou a se concretizar no país. Cabe então atentar para as transformações pelas qual o país estava passando nessa época, dentre as quais podemos citar: o processo de industrialização e concentração populacional em centros urbanos. Foi nesse período que a educação básica e gratuita começou a ser impulsionada no país, pelo governo federal que, além de traçar as diretrizes educacionais, atribuía responsabilidades a estados e municípios (GADOTTI, 2000).

Na década de 40, com o fim da ditadura de Vargas em 1945, e todo o clamor por redemocratização política, haja vista números de analfabetismo em todo país que, segundo Paiva (2004, p. 14) e de acordo com o censo de 1940, chegou a cerca de 55%. Esses fatos contribuíram para que a educação dos adultos começasse a figurar como a educação elementar comum, tendo em vista o interesse que as elites da época tinham de aumentar o número de votantes, com a finalidade de garantir no poder o governo central, unificar as massas populacionais de imigração recentes no país e também aumentar a produção (HADDAD, 2002).

Osmar (2016) afirma que nessa mesma década a educação de adultos ganhou espaço através da campanha nacional de massa, ou seja, a Campanha de Educação de Adultos, lançada em 1947. Com essa campanha, tinha-se a pretensão, em primeiro instante, de realizar uma ação extensiva capaz de realizar a alfabetização em três meses. Em seguida veio o movimento de capacitação profissional e desenvolvimento comunitário. Essas campanhas, no início, foram dirigidas pelo professor Lourenço Filho, e conseguiram resultados significativos com a articulação e a ampliação dos serviços já existentes que se desenvolveram em diversas regiões do país. Várias escolas supletivas foram criadas, em pouco tempo.

Na década de 50, essa efervescência começou a diminuir e, nesse mesmo período essas escolas foram extintas.

Para Paiva (2004), a Campanha Educacional de Adultos propiciou uma discussão no campo teórico-pedagógico acerca do analfabetismo e da educação de adultos no país. O analfabetismo, nesse período, era visto como causa e não efeito da situação econômica, social e cultural do país. Essa forma de enxergar o analfabetismo consolidava a concepção de adulto analfabeto como inabilitado e à margem da sociedade, sendo esse comparado, no que tange ao processo de aprendizagem, a uma criança, e por isso a ideia defendida era de que:

Dependente do contato face a face para enriquecimento de sua experiência social, ele tem que, por força, sentir-se uma criança grande, irresponsável e ridícula (...). E, se tem as responsabilidades do adulto, manter uma família e uma profissão, ele o fará em plano deficiente [...] (PAIVA, 2004, p. 20).

Com isso, o autor evidencia que o processo de ensino e aprendizagem do adulto busca restabelecer sua trajetória escolar de modo a readquirir a oportunidade de um ponto igualitário no jogo conflitual da sociedade uma vez que o analfabeto, mesmo sendo um adulto era considerado uma criança grande, que desempenhava suas responsabilidades de homem de família com deficiência, por não ser considerado apto a desempenhar as atividades do mundo adulto e por não dominar o mundo das letras. Esse adulto era considerado, "adulto-criança" e, como as crianças, ele teria que viver num mundo de egocentrismo que não lhe permitiria ocupar os planos em que as decisões comuns têm que ser tomadas (VALENTE, 1995).

Frigotto (1996) aponta que essa concepção, acerca do adulto analfabeto, foi se modificando durante a campanha, e o preconceito, conseqüentemente, começou a diminuir, uma vez que esse adulto passou a ser visto como um ser produtivo, capaz de raciocinar e resolver seus problemas. E nessa mesma direção, as teorias mais modernas da psicologia, seguiram desmistificando essa concepção sobre o adulto analfabeto.

Vale destacar, inclusive, que o Ministério da Educação começou a produzir pela primeira vez, no período Campanha de 47, material didático exclusivo para o ensino da leitura e da escrita de adultos, conhecido como Laubach, por confiar na capacidade de aprendizagem dos adultos (PAIVA, 1997, p. 21).

O Primeiro guia de leitura, distribuído pelo ministério para as escolas supletivas do país orientava o ensino pelo método silábico, que trabalhava com palavras-chave previamente escolhidas de acordo com suas características fonéticas, e em seguida eram remetidas aos padrões silábicos, foco do estudo (HADDAD, 2002).

No final da década de 50, eram muitas as críticas feitas à Campanha de Educação de Adultos. Essas críticas, porém, apontavam para uma nova visão sobre o problema do analfabetismo e para a concretização de um novo modelo pedagógico para a educação de adultos, cuja menção principal seria o educador Paulo Freire (GADOTTI, 2000).

Na década de 60, os principais programas de alfabetização e educação popular inspiraram-se nas propostas de Freire. Esses programas foram empreendidos por intelectuais, estudantes e católicos engajados numa ação política junto aos grupos populares. Desenvolvendo e aplicando essas novas diretrizes, atuaram os educadores do MEB – Movimento de Educação de Base, ligado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), dos CPCs – Centros de Cultura Popular, organizados pela UNE (União Nacional dos Estudantes) e dos Movimentos de Cultura Popular, que reuniam artistas e intelectuais e tinham o apoio de administrações municipais. Esses grupos de educadores foram se articulando e passaram a pressionar o governo federal para que os apoiasse e estabelecesse uma coordenação nacional das iniciativas de alfabetização de adultos com base nas ideias de Freire. Em janeiro de 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, que garantia a ampliação por todo Brasil de programas de alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire (PAIVA, 2004).

Os ideais pedagógicos defendidos pelos programas de alfabetização, orientados por Freire, tinham um forte componente ético e defendiam o comprometimento do educador com os educandos. Os analfabetos deveriam ser reconhecidos como homens e mulheres produtivos, que possuíam uma cultura. Freire criticava a educação bancária e reconhecia o educando como sujeito de sua aprendizagem, defendia ainda uma ação educativa que respeitasse a cultura do educando. Elaborou uma série de procedimentos pedagógicos que ficaram conhecidos como método Paulo Freire (ARAÚJO, 2003).

Na década de 70, houve a expansão do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) por todo o país. Dentre as iniciativas do Programa de Alfabetização, destacou-se o PEI – Programa de Educação Integrada – que servia de caminho para que o recém-alfabetizado, os analfabetos funcionais e/ou aqueles que dominassem precariamente a leitura e a escrita prosseguissem com os seus estudos.

Segundo Osmar (2003), o analfabeto funcional lê coisas, entende parcialmente e traz essas coisas para sua vida, é um instrumental que permite viver numa sociedade que é letrada. Por isso ele é muito mais um iletrado do que um analfabeto. "Ele sabe coisas, ele sabe identificar o veneno do remédio, linhas de ônibus". São leituras parciais, e não se pode dizer que ele seja letrado, mas ele não é totalmente analfabeto.

Na década 80, com a abertura política e, conseqüentemente, a ascensão dos movimentos sociais, essas pequenas experiências foram se desenvolvendo e ganhando uma projeção muito maior no que tange ao estabelecimento de troca de informação, reflexão e articulação. Nesse caminhar, surgiram as turmas de pós-alfabetização. Os estados e municípios maiores ganharam autonomia em relação ao Mobral, extinto em 1985. Nasceu, para substituí-lo a Fundação Educar, que não tinha pretensão de executar diretamente os programas de alfabetização, mas apenas apoiar financeiramente e tecnicamente as iniciativas de governos, entidades civis e empresas a ela conveniadas (FERREIRO, 1989).

Na metade dessa mesma década, novas propostas sobre as práticas de alfabetização foram aparecendo. Desta vez organizadas por educadores brasileiros e baseadas nas concepções da linguística e da psicologia que defendiam que a escrita e a leitura eram mais do que a transcrição e a decifração de letras e sons, ou seja, atividades inteligentes e com significado (FREIRE, 1988).

É nesse contexto, que se destacam os trabalhos da psicopedagoga argentina Emília Ferreiro, que traz ensinamentos sobre como os alfabetizadores devem fazer para superar as limitações dos métodos fundamentados nas silabações. Admite, após pesquisa com crianças em idade pré-escolar, que estas, convivendo num ambiente letrado, chegam à escola com hipóteses e informações prévias, o que as propostas

de ensino da época desprezavam. A psicopedagoga realizou ainda um estudo junto a adultos analfabetos e concluiu que eles tinham uma série de informações sobre a escrita e elaboravam hipóteses semelhantes às das crianças (PAIVA,2004).

Para Freire (1988), além desses estudos sobre alfabetização inicial, os educadores brasileiros entraram em contato também com estudos que tematizavam as relações entre pensamento e linguagem, pensamento e cultura, cultura oral e cultura escrita, conceitos espontâneos e conceitos científicos.

Oliveira (1999) afirma ainda que, no início da década de 90, as políticas educacionais voltadas para educação de jovens e adultos não eram apropriadas. Ao longo da história, a principal instância de apoio e articulação dessa modalidade de educação foi o governo federal. Nessa mesma década, a Fundação Educar, responsável pelo apoio técnico e financeiro, foi extinta, deixando um vazio nesse setor. Nessa época, a função da Fundação Educar passou a ser assumida por alguns estados e municípios, além de algumas organizações da sociedade civil, porém não satisfazia a demanda das instituições que ministravam a educação de adultos. Aliada a falta de apoio do governo federal, há também a falta de materiais didáticos de apoio, de estudos e pesquisas sobre essa modalidade educativa. Mesmo assim, diante dessa situação, os educadores exerciam suas funções com poucos recursos.

Com base no exposto por Oliveira (1999) cabe salientar também que a educação de jovens e adultos no Brasil, ainda no limiar da década de 90, não tinha consolidada suas reformulações pedagógicas, o que se fazia necessário, também no ensino fundamental. Nesse contexto, a vigência da Declaração Mundial abordando a Educação para Todos, o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, documentos da Conferência Mundial sobre Educação para todos e a nova LDB (Lei nº 9.394/96), têm contribuído para que o Governo brasileiro assuma compromissos em relação a tão importante e delicado problema.

De modo geral, Haddad (2002) analisa que houve, a partir da gestão do ministro da educação Paulo Renato, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, um avanço nas políticas públicas aplicadas ao campo da educação. O então ministro

esforçou-se para tirar do "inatismo" e do "conservadorismo" o ensino brasileiro como um todo. Com o advento da nova LDB uma "gama" de ações foram incrementadas nesse campo, modificando o perfil das escolas de educação básica.

Maluf (2005) afirma que a formação profissional no Brasil voltada para a Educação de Jovens e Adultos, ao longo da história, sempre sofreu a influência do Projeto Histórico Capitalista e figura na política neoliberal, promovendo uma orientação para a formação direcionada para o mercado de trabalho.

1.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ESCREVENDO UM FUTURO PARA O PAÍS

Ghiraldelli (2006) nos diz que a educação de jovens e adultos é fruto de uma desigualdade social que o próprio sistema capitalista trouxe. Essa dívida social deixou às margens da sociedade uma grande parcela de pessoas pobres e trabalhadores que não tinham acesso às escolas nem a uma educação de qualidade.

Ainda de acordo com o autor, essa dívida social que não foi devidamente reparada até hoje, gerando a necessidade de se criar uma alternativa que trouxesse um pouco mais de igualdade e dignidade para essas pessoas analfabetas. Dessa forma a educação de jovens e adultos traz essa função de reparação, apresentando oportunidade e a possibilidade do jovem e do adulto analfabeto ter acesso à escrita e a leitura como seu maior bem social, conseqüentemente, trazendo mais igualdade e o fim da marginalização dessas pessoas.

Os perfis dos alunos da EJA são formados, em sua maior parte, por alunos pobres, que trabalham durante o dia em período integral e não tiveram a oportunidade de estudar na "idade certa", ou ainda que não conseguem o fazer devido o difícil acompanhamento dos conteúdos, metodologias, avaliações, tornando-se repetentes, atrasando o avanço nos períodos escolares até chegar, muitas vezes, à evasão escolar (GHIRALDELLI, 2006).

O que devemos destacar é que o aluno da EJA, ou até mesmo um indivíduo analfabeto, tem a sua cultura e está inserido nela, assim como também são conhecedores de outros tipos de saberes, afinal cada ser humano tem um potencial diferente que se sobressai em alguma área de conhecimento. Diante disso, a EJA deve ser pensada de forma diversificada, atendendo ao multiculturalismo e não deixando de valorizar os saberes acadêmicos e informais de cada aluno (KINGKL, 2009).

Nesse sentido, a educação de jovens e adultos também deve estar voltada a realidade dos alunos, onde seus ensinamentos devem estar relacionados ao contexto sociocultural, valorizando não somente o que ele aprende, mas também o que já traz com ele próprio, como por exemplo, sua experiência de vida e os diferentes conhecimentos que aprendeu de outras formas (KINGKL, 2009).

No Brasil, a educação de jovens e adultos vem andando vagarosamente na conquista de um espaço de respeito e igualdade na educação. O currículo criado deve abranger conteúdos que tragam uma relação e compreensão com o contexto que o aluno vive, ou seja, que aquilo que ele está aprendendo tenha um sentido, um significado, pois o que realmente se busca é uma formação digna, humana e com um acesso universal aos conhecimentos que foram produzidos pela sociedade e que muitos não tiveram esse acesso durante anos (KINGKL, 2009).

No entanto, de acordo com a autora, não é somente ler e escrever. A educação de jovens e adultos visa ir muito mais além do que apenas trabalhar os conteúdos escolares, mas sim, dar uma formação de cidadania e preparação para o mercado de trabalho, por isso pode vir junto a uma formação profissional que permita ao estudante compreender o mundo e o sistema que os excluiu por tanto tempo.

Dentro desse processo cabe ao professor ser um mediador na construção dos conhecimentos, assim como fazer a intervenção e dar o suporte necessário que o aluno necessita, pois como sabemos o professor tem um papel primordial para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra de forma eficaz (KINGKL, 2009).

Quando se trata de alfabetização de jovens e adultos estamos traçando um longo e árduo percurso educacional que envolve uma história de muitas lutas e conquistas, pensando em uma perspectiva de mudanças e um cenário com mais oportunidades educacionais para todos (BARBOSA, 1994).

Como se sabe, durante a colonização, as escolas existentes não eram acessíveis a todos, apenas às classes média e alta da sociedade, onde os filhos iam desde a infância para a escola não havendo a necessidade de uma educação de jovens e adultos, uma vez que o pensamento era que a classe pobre não necessitava receber nenhum tipo de instrução ou qualquer tipo de educação (BARBOSA, 1994).

Ainda de acordo com o autor, esse cenário começa a mudar a partir do fim dos regimes das capitanias e após a Proclamação da República, pois a Constituição trouxe o direito a todos os cidadãos de frequentarem as escolas. No entanto, a classe pobre ainda continuava excluída, uma vez que não possuía acesso às escolas e continuava a mercê da sociedade.

É importante destacar que a educação de jovens e adultos começa a ganhar seu espaço e alcançar os pontos necessários para delimitá-lo, principalmente com uma das figuras mais ilustres da educação brasileira em favor dessa modalidade de ensino. Paulo Freire defendia uma educação democrática e libertadora, não somente para as classes elitistas, mas para todos, com equidade e baseada na realidade dos alunos, pois além de ensinar a ler e a escrever Paulo Freire se preocupava com a formação crítica dos alunos (ARANHA, 1996).

Com o processo de desenvolvimento industrial, começou-se a valorizar a educação de jovens e adultos, uma vez que era necessária mão de obra mais qualificada e barata. Logo, foi necessário alfabetizar jovens e adultos que cada vez mais migravam dos campos para as cidades em busca de uma oportunidade trabalho. Isso fez com que surgissem as escolas para jovens e adolescentes que tinham a necessidade de serem alfabetizados (ARANHA, 1996).

Segundo a autora, a alfabetização de jovens e adultos logo se tornou também um interesse político, pois o voto somente era permitido a pessoas alfabetizadas. Dessa

forma, a partir de 1940, a educação sofre uma mudança de cenário e se expande incluindo essa alfabetização de jovens e adultos, principalmente através de campanhas. Nessa época surgiu a primeira campanha de alfabetização de adultos que visava alfabetizar essas pessoas em três meses, o que trouxe divergências de opiniões a respeito de sua eficácia, mas que aos poucos foi ganhando mais assistência. Logo após o fim dessa campanha, que se extinguiu antes do fim da década, principalmente pelas deficiências administrativas e financeiras e pelas críticas quanto a sua orientação pedagógica, surge Freire com a criação de um programa nacional de alfabetização de adultos na década de 60, sendo o responsável por inspirar os principais programas de alfabetização do país, mas que é visto como uma ameaça.

Bello (1993) nos relata que, a partir de 1964, esse Plano Nacional de Alfabetização se disseminou pelo Brasil todo e a proposta de Paulo Freire foi nacionalmente conhecida, mas que devido ao Golpe Militar, foi interrompido e seus divulgadores retalhados.

Segundo o autor, a partir de 1967, o governo decide tomar as rédeas da EJA, criando o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), um programa assistencialista e conservador, como já apontado.

O projeto MOBREAL permite compreender bem esta fase ditatorial por que passou o país. A proposta de educação era toda baseada nos interesses políticos vigentes na época. Por ter de repassar o sentimento de bom comportamento para o povo e justificar os atos da ditadura, esta instituição estendeu seus braços a uma boa parte das populações carentes, através de seus diversos Programas (BELLO, 1993, p.12).

Dois anos depois o governo federal lança uma campanha massiva de alfabetização, promovendo o Mobral por todo o território brasileiro, sendo de início apenas como uma forma de alfabetização de jovens e adultos, mas que a partir de 1970 consegue expandir seu campo de atuação, criando principalmente o PEI (Programa de Educação Integrada), que era baseada nas formas do antigo curso primário. Surgiu também nesse período o ensino supletivo que foi implantado pela LDB 5.692/71 (BELLO, 1993).

A partir de 1980 o cenário educacional toma uma nova vertente, onde os movimentos sociais surgem e as aberturas políticas fazem com que novos projetos de alfabetização surjam, fazendo assim com que a educação de jovens e adultos obtivesse uma maior importância dentro desse cenário educacional, principalmente com o surgimento da Constituição Federal de 88 em seu artigo 208:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: /
– ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1996).

Em 1985, o Mobral perde suas forças, sendo extinto e dando lugar a Fundação Educar que apoiava as iniciativas educativas do governo em todos os sentidos, financeira e tecnicamente falando. No entanto, em 1990, a Fundação Educar também foi extinta causando graves consequências na educação de jovens e adultos que ficou desorientada nesse período. A partir dessa década, alguns municípios e estados voltam a assumir a responsabilidade de oferta da EJA, no entanto começam a reformular uma base pedagógica diferente da que era oferecida pelos outros programas (CORTELLA, 1999).

A partir de 1990 surge uma maior preocupação com a educação de jovens e adultos, onde o governo decidiu trabalhar com essas políticas e, através de parcerias com Organizações não-governamentais (ONG's) e projetos, a EJA começa a ganhar seu rumo na história da educação, principalmente com a Conferência Mundial de Educação para todos ocorrida na Tailândia. Nessa conferência, foram estabelecidas diretrizes para direcionar o trabalho educativo com crianças, jovens e adultos (CORTELLA, 1999).

Em 1996, surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9.394/96 que dedica dois artigos (Art. 37 e 38), no Capítulo da Educação Básica, Seção V, para reforçar a ideia de obrigatoriedade e gratuidade para todos que não tiveram acesso à educação na idade própria, lei essa amparada também pela Constituição Federal de 1988. No ano seguinte a LDB, foi realizada uma conferência sobre a educação de jovens e adultos, na Alemanha, promovida pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura), com o principal objetivo de criar

vínculos da educação de jovens e adultos com o desenvolvimento sustentável e de igualdade para todos (BRASIL, 2002).

O ano 2000 foi considerado um divisor de águas. Acontece o rompimento definitivo com as políticas do passado e uma nova fase para a educação se inicia, principalmente uma atenção maior a políticas voltadas à educação com maior relevância à EJA, juntamente com a aprovação do Parecer CEB/CNE nº. 11/2000, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos e da homologação da Resolução CNE/CEB nº 01/2000 (BRASIL, 2001).

Percebe-se que a EJA tem uma amplitude muito maior do que se imagina. Durante diferentes fases de sua história, apresenta altos e baixos até chegar ao patamar que está nos dias atuais, buscando igualdade e uma educação eficaz, além de sua valorização e desenvolvimento na construção de uma sociedade mais justa para todos (BRASIL, 2001).

1.2 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO DA EJA

Frigotto (1996), analisando os desafios no Plano da Ação Prática do Educador, salienta um fato importante na formação e profissionalização do educador que é o "mundo de sua experiência cotidiana e prática", por ser nessa experiência da prática cotidiana que se materializam as práticas educativas e os processos de construção ou de bloqueio do conhecimento. Apesar das condições adversas no plano de formação do educador, a qualificação técnica, teórica e política se constituem, também, num desafio a ser enfrentado.

Creio que temos um acúmulo de experiências e de lutas concretas em nossa história recente que nos mostram que esta qualificação, no plano do cotidiano do chão da escola, ganha possibilidade efetiva na medida em que consigamos estruturar um projeto político-pedagógico centrado em formas cada vez mais coletivas de organização do conhecimento, do trabalho pedagógico e da sua avaliação. Romper com a divisão disciplinar estanque e com as formas individualistas e competitivas de conhecimentos e de ensino, sem dúvida, é um elemento crucial de qualificação do educador (FRIGOTTO, 1996, p. 402-403).

Para Melo (2005), as condições concretas de vida, expectativas e necessidades dos educandos devem constituir a referência principal para o trabalho dos educadores. O

ingresso de novos contingentes de jovens e adultos trabalhadores em um sistema de ensino, que antes atendia quase que exclusivamente crianças, deve processar-se de forma a favorecer o questionamento e redimensionamento da prática educativa individual e coletiva.

As estatísticas disponíveis sobre os educadores que atuam com jovens e adultos cobrem apenas os serviços de ensino básico formal, compreendendo os docentes que mantêm vínculo empregatício com escolas públicas ou privadas. Essas informações não compreendem o numeroso contingente de educadores populares – mulheres, em sua esmagadora maioria – que atuam voluntária ou profissionalmente em projetos desenvolvidos por igrejas, movimentos e organizações sociais diversos, sobre os quais os estudos disponíveis são escassos e pouco abrangentes (HADDAD, 2002).

O processo de formação dos educadores não pode ser imposto, pressupõe adesão e confiança. Adotar o critério de adesão voluntária num sistema de ensino viciado por práticas autoritárias e hierárquicas é algo complexo e de difícil realização, mas, ainda assim, parece ser a única opção que produz frutos (RAPPAPORT, 1999).

Diante do exposto, Maluf (2005) aponta que, de acordo com o Cadastro das Instituições de Educação Superior organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), dos 1.306 cursos de Pedagogia existentes no Brasil em 2003, apenas 16 deles (1,22%) ofereciam habilitação específica para a modalidade Educação de Jovens e Adultos. Sete deles (43,75%) eram oferecidos por instituições de ensino superior localizadas na Região Sul do Brasil; no Nordeste, 6 cursos (37,5%); 2 no Sudeste (12,5%) e 1 no Centro Oeste (6,25%). Assim, há um enorme déficit de profissionais da educação com formação inicial adequada para atuar junto a jovens e adultos.

Vale, pois, o que diz o Parecer CEB 4/98 quando lembra “a sensibilização dos sistemas educacionais para reconhecer e acolher a riqueza da diversidade humana”. Mas, é preciso que a formação dos docentes voltados para EJA seja completa nos estabelecimentos ofertantes através do curso normal médio ou do curso normal superior ou de outros igualmente apropriados.

Como diz o mesmo Parecer supracitado, “é preciso que em qualquer nível formativo se deem correlações entre os conteúdos das áreas de conhecimento e o universo de valores e modos de vida de seus alunos”. O Brasil tem uma experiência significativa na área e um acúmulo de conhecimento voltado para métodos e técnicas alternativas de educação de jovens e adultos.

Diante do exposto, cabe às instituições de nível superior, sobretudo às universidades, intervir no resgate dessa dívida social abrindo espaços para a formação de professores, recuperando experiências significativas, produzindo material didático e veiculando em emissoras de rádio e de televisão programas que contemplem o disposto no Art. 221 da Constituição Federal (1988) de atendimento a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas. No caso dos sistemas públicos, vale lembrar, ainda, o Art. 67 da LDB e, para todos os estabelecimentos privados ou públicos, o princípio da valorização do profissional da educação escolar posto na Constituição e na LDB.

Para qualquer profissional que se ocupe do magistério, a garantia de padrão de qualidade é um princípio que cobre o espectro da cidadania enquanto participação e enquanto exigência da clientela a que se destina. A pior forma de presença é aquela que se situa nas antípodas da qualidade e que atende pelo termo mediocridade, já expresso pelo cinismo da fórmula "qualquer coisa serve" ou "antes isso do que nada" (FREIRE,1988).

A formação adequada e a ação integrada implicam a existência de um espaço próprio para os profissionais de EJA nos sistemas, nas universidades e em outras instituições formadoras. Muitos educadores que acreditam estar trabalhando a prática de uma maneira coerente surpreendem-se quando observam que, apesar do seu discurso avançado, mantêm-se numa prática absolutamente conservadora. De acordo com Gadotti (2000), não é por outra razão que todo debate em torno da função do educador e do exercício da função educativa tem "esbarrado na dificuldade da persistência de que os alunos adultos têm a cultura de um fracasso escolar".

Como temos ainda pouca preocupação em pensar a nossa prática, precisamos autoanalisar nosso trabalho em sala de aula, para que possamos utilizar os saberes teórico-práticos em um diálogo coerente com aquilo que construímos e acreditamos.

É lógico que o professor poderá fantasiar no seu discurso a prática que desenvolve. Existe uma tendência natural de disfarçar os insucessos e ampliar os sucessos. A maneira de contornar isso é não ficar apenas na descrição das práticas, reflexionar os motivos dessa prática (GADOTTI, 2000, p. 84).

É esse o caráter dinâmico da educação que garante o seu desenvolvimento e a sua modificação constante, o que nem sempre é percebido por alunos e professores. Exemplo disso são as resistências que os alunos da educação de jovens e adultos (EJA) têm em relação aos procedimentos ou à exposição de valores que as diferentes propostas pedagógicas exigem. Elas buscam, nesse sentido, atribuir sentido à sua capacidade de atualização que garante seu enriquecimento cultural por meio de novas criações, do conhecimento da própria sociedade ou do que é construído com diferentes saberes, desaparecendo os sinais de medo e de fracasso, ressaltando a postura de cidadão (OSMAR,2003).

Dessa forma, o ensino pode ser transformado na busca daquilo que não se sabe e se quer saber. É nessa busca, privilegiando o mundo em que se vive, que as resistências se transformam em descoberta, aceitação, reflexão, preocupando-se com a vida, a origem, a cultura, o ambiente e as experiências. É possível fazer disto tudo a conquista de um novo processo de aprendizagem, renovado e permeado através de uma metodologia investigativa de proposta de pesquisa (PAIVA,2004).

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.3.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar dados referentes à evasão escolar apresentados por uma escola no município de Baixo Guandu-ES, na modalidade educação de jovens e adultos, bem como discutir alternativas para a superação do fracasso escolar.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Discutir o papel social da escola na sociedade contemporânea e, de modo especial, sua contribuição para a formação cidadã do público da educação de jovens e adultos.
- Problematizar o papel do educador na educação de jovens e adultos.
- Realizar estudos sobre possibilidades de minimizar a evasão na educação de jovens e adultos, promovendo aprendizagens mais significativas.
- Analisar as causas e aspectos da evasão na educação de jovens e adultos, focando o município de Baixo Guandu-ES.

2 ALGUNS ASPECTOS RELEVANTES DA EJA NO BRASIL

De acordo com o IBGE (2015), uma pesquisa domiciliar feita em 2015 mostra, de forma retroativa desde 2007, o cenário que o Brasil apresentava, possuindo uma alta taxa de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais, em diversas regiões do Brasil, principalmente na região Nordeste.

De acordo com os dados, a taxa de analfabetismo nas regiões cresce à medida que a idade das pessoas vai avançando e elas não conseguem mais fazer o acompanhamento dos conteúdos escolares. Outro motivo estaria relacionado a trabalhadores que trabalham em período integral, não tendo disponibilidade nem incentivo para continuarem estudando. Isso ocorre na maioria das vezes entre as faixas de 15 a 19 anos de idade (IBGE, 2015).

As políticas públicas estão cada vez mais investindo em programas e projetos para diminuir as taxas de analfabetismo no Brasil, promovendo sistematicamente propostas que contribuem para o aceleração da igualdade entre essas pessoas que não tem uma formação por falta de oportunidades (IBGE, 2015).

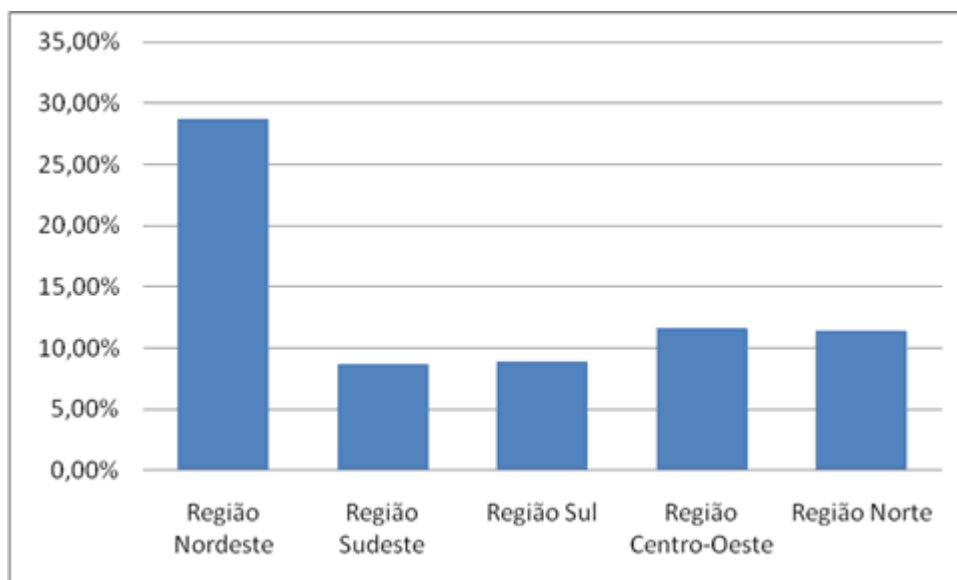


FIGURA 1: Taxa de analfabetismo por região (pessoas com 15 anos ou mais)

Fonte: IBGE (2015)

Os dados acima nos remetem a uma preocupação não somente em dar importância a educação de base, ou seja, a educação infantil e alfabetização nas séries iniciais, mas também trazer essa importância à educação de jovens e adultos que sofreu por muitos anos um descaso, sendo banalizada da sociedade. Dessa forma a educação de jovens e adultos deve trazer não somente a valorização da aprendizagem e da alfabetização, mas também uma valorização voltada para a educação profissional, que possibilita a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho e proporciona a elas uma nova visão de mundo (IBGE, 2015).

Vale destacar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 – reafirmou o direito a um ensino básico adequado às condições dos estudantes e o dever do poder público de oferecê-lo gratuitamente, na forma de cursos e exames supletivos. A lei alterou a idade mínima para realização de exames supletivos para 15 anos, no Ensino Fundamental; e para 18 anos, no Ensino Médio, além de incluir a educação de jovens e adultos no sistema regular. A mesma Lei define a educação de jovens e adultos (EJA) como uma modalidade da Educação Básica.

2.1 O PERFIL DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E OUTROS APONTAMENTOS

De acordo com Abrantes (1991), o professor da educação de jovens e adultos deve ter uma boa formação e estar preparado para enfrentar a diversidade que essa área apresenta, pois cada ação é peculiar na forma e metodologia de ensino, uma vez que o professor da EJA deve se fundamentar no princípio da ação-reflexão-ação com seus alunos e deve estar em contínua formação.

Segundo o autor, essa formação continuada serve para que o professor atualize e reflita sobre suas práticas, metodologias e ações em sala de aula, principalmente para os alfabetizadores. Dessa forma não se deve realizar somente estudos, mas uma elaboração de planos e projetos para serem trabalhados de forma eficaz, fazendo assim com que sua prática educativa seja aperfeiçoada.

Alonso (1999) nos diz que o perfil do professor alfabetizador da EJA vai muito além do que conteúdos e metodologias, o professor dessa modalidade precisa apresentar afetividade com seus alunos, responsabilidade e gostar do que está fazendo, para que os alunos se sintam seguros e valorizados.

Nesse sentido, o professor é não somente um mediador de conhecimento, mas também o mediador dessa valorização do outro, dos seus conhecimentos de vida, suas experiências e seu senso comum, sempre intermediando através do diálogo, com uma linguagem bem simples e de fácil entendimento para os alunos. O professor irá se tornar a ferramenta de incentivo dos alunos buscará conseguir motivação para os mesmos, o que nessa fase é fundamental (ALONSO, 1999).

Arroyo (2005) nos revela que o professor deve ter em mente que a aprendizagem do aluno da EJA é uma construção, onde o professor oferece meios para que o próprio aluno possa construir seu caminho de aprendizagem e de conhecimento, pois não se deve desconsiderar tudo que o aluno já viveu, assim como suas experiências de vida e seus conhecimentos de mundo. O professor orienta e instrui essa base para que o aluno fortaleça e construa seu próprio saber, sem desconsiderar sua realidade.

O professor da EJA também precisa mediar, problematizar, integrar, interagir e dialogar com o aluno, socializando-o com o meio e preparando-o para exercício da cidadania e atuação no mercado de trabalho. O aluno de hoje é diferente do aluno do passado, ele espera muito mais do que aprender a ler e a escrever, não quer ser apenas um depósito de conteúdo, o aluno de hoje deseja fazer parte da sociedade e conquistar seu espaço dentro dela (ARROYO, 2005).

É antes de tudo conhecer o aluno, trabalhar com ele de forma interdisciplinar, com temas transversais, os quais serão capazes de nortear essa construção de conhecimento com o máximo de eficiência dentro do seu contexto social. Mesmo diante dos grandes desafios a serem enfrentados, os professores devem manter a perseverança e a resiliência na construção de boas práticas educativas para essa modalidade de ensino que busca a realização de desejos, anseios e sonhos para além dos conhecimentos tidos como válidos.

2.2 O PERFIL DO ALUNO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Andrade (2004) aponta que a maior parte dos alunos da educação de jovens e adultos é composta de famílias pobres, com baixa renda e que geralmente os pais também não foram alfabetizados.

Esse cenário de banalização que estamos presenciando em relação a essas pessoas não alfabetizadas, faz surgir um clima de discriminação social, pois a própria sociedade cobra por esse conhecimento letrado, desde uma tarefa simples de pegar um ônibus na rodoviária, até mesmo para fazer compras em um supermercado. Dessa forma, o aluno da EJA que ainda se encontra no meio do processo de aprendizagem pode se sentir um pouco excluído socialmente (ANDRADE, 2004).

Segundo o autor, ainda vale ressaltar que quando se comenta sobre exclusão logo nos remetemos a ideia de pessoas com deficiência, mas a exclusão social não se limita somente a essas pessoas com deficiências físicas ou mentais, mas também às pessoas pobres, negras, analfabetas, dentre outras.

Diante desse cenário devemos observar que os alunos da EJA também precisam de um tratamento especial, não no sentido de deficiência, mas de atenção e motivação, pois diferente de uma criança que não trabalha e nem tem preocupações sociais, o aluno da EJA, muitas vezes, chega à escola depois de um dia exaustivo de trabalho e sua mente já está cansada para aprender alguma coisa significativa (BRUNEL, 2004).

O aluno da EJA precisa se sentir importante, se sentir integrante da sociedade e, em busca dessa inclusão, ser incentivado a procurar por uma melhora na qualidade de vida, ou seja, não somente aprender a ler e escrever, mas também conseguir um bom emprego, uma promoção, etc., fazendo assim com que a sua satisfação pessoal seja ainda maior, principalmente os mais idosos que sofrem muito preconceito por estarem estudando nessa fase da vida (BRUNEL, 2004).

Farias (2010) relata ainda que os alunos da EJA que são adolescentes, jovens e adultos, com certa experiência de vida, devem ser vistos de forma diferenciada em sua aprendizagem, levando em consideração que podem já ter sofrido traumas por não terem conseguido estudar anteriormente. Isso pode causar certo “bloqueio” na aprendizagem e cabe ao professor quebrar essa barreira, fazendo com que o aluno se sinta incluso.

O papel do professor na vida do aluno da EJA é incentivar e motivar esse aluno para que ele se sinta importante e melhore sua autoestima, uma vez que esses são pontos fundamentais nesse processo de ensino e aprendizagem, principalmente na alfabetização, além do que as turmas da EJA normalmente funcionam à noite devido aos alunos que trabalham durante o dia, sendo que precisam ser realmente incentivadas para concluírem o curso (FARIAS, 2010).

Essa falta de motivação e incentivo são fatores que podem influenciar a evasão dos alunos da EJA, afinal temos alunos cansados de trabalhar o dia todo, que precisam tomar muitos ônibus do trajeto da escola até sua casa e depois para o retorno, além de trabalharem em casa e cuidarem da família. Outros fatores como a violência urbana que assola a cidade e o desinteresse da família, do governo e da escola para que esses alunos se sintam motivados podem colaborar com a desistência da escola. Se os professores não tiverem uma boa didática e dinâmica com esses alunos, conseqüentemente isso acarretará em sua saída da escola (FARIAS, 2010).

Por isso, é preciso que o professor sempre se atualize, traga novidades, crie um ambiente acolhedor e não sufoque os alunos com conteúdos, mas aproxime esses conteúdos da realidade dos alunos e derrube as barreiras que surgem, principalmente a ideia que alguns têm de achar que é tarde demais para aprender e voltar à escola (FARIAS, 2010).

É preciso criar em nossos alunos da EJA um espírito crítico e reflexivo, onde se vejam como cidadãos participativos e com papel ativo em sociedade, sendo que tenham sede de transformação e de mudança nesse cenário onde a desigualdade social ainda é um grande agravante que afeta a educação (FARIAS, 2010).

2.3 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DAS METODOLOGIAS PARA A MODALIDADE EJA

O que mais pode se observar é que estamos diante de uma falta de qualificação profissional para docentes que atuam na educação de jovens e adultos. Falta não somente uma boa capacitação dos docentes, como também currículos integrados com a realidade desses alunos. Dessa forma, o professor acaba trabalhando de forma descontextualizada com a realidade do aluno e não cria práticas pedagógicas e métodos específicos voltados para alunos com esse perfil (GADOTTI, 2006).

O professor que não está devidamente preparado será desmotivado profissionalmente pelas dificuldades que irão surgir, logo, os alunos poderão ser o reflexo do professor. Além da dificuldade de aprendizagem dos alunos, o professor ainda enfrentará falta de material didático específico para essa modalidade e principalmente contextualizado, assim como a falta de apoio do governo e muitas vezes da própria escola, faltando suporte pedagógico para seu trabalho com os alunos (GADOTTI, 2006).

Por isso, a grande importância de uma boa formação profissional para trabalhar com essa modalidade de ensino que é a EJA, como pós-graduação, formação continuada, cursos de extensão, tudo que possa fortalecer o vínculo e fazer entender como é o verdadeiro funcionamento da EJA, sua importância para a educação, trabalhando com material diversificado e diferente da educação regular. Junto a isso, será importante não apresentar conteúdos superficiais e nem desvinculados da realidade dos alunos, para que os mesmos possam se sentir inseridos socialmente e construam aprendizagem com significado (GADOTTI, 2006).

Gentil (2005) nos revela que é preciso ser repensada uma política que contemple definitivamente a prática da educação de jovens e adultos, não apenas visando a certificação de pessoas analfabetas, mas oportunizando a essas pessoas uma formação de cidadania, integral. Para isso é preciso de profissionais qualificados, com maiores investimentos nessa capacitação, fugindo do tradicionalismo e inovando a educação de jovens e adultos, trazendo para esses alunos uma formação pessoal e profissional, tornando-o um completo cidadão.

Na EJA a metodologia também é muito importante, pois como o professor planeja e aplica sua metodologia em sala de aula influencia diretamente na aprendizagem do aluno, sendo que a postura do professor diante disso deve ser pensada e repensada diante de uma diversidade tão grande de alunos (GENTIL, 2005).

Assim, sua metodologia precisa despertar o interesse e fazer com que os alunos busquem conhecimentos por vontade própria, sendo esse um dos maiores desafios nessa modalidade, e o que não pode deixar de ser levado em consideração é o prévio diagnóstico dos alunos, buscando orientar a prática pedagógica ao encontro de suas necessidades e anseios.

2.4 OS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O Governo Federal tem realizado investimentos na educação de jovens e adultos, criando programas que buscam incentivar e valorizar os jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de se alfabetizar (BRANCO, 2008).

A busca por recursos para essa iniciativa se torna maior a cada ano, muitos projetos já foram lançados e muitos outros ainda virão com o apoio dos estados, municípios e Distrito Federal, em parceria com o MEC, buscando atender essa demanda através do Fundo Nacional do Desenvolvimento de Educação (FNDE) (BRANCO, 2008).

Segundo o autor, esses programas vêm sendo feitos para oportunizar cada vez mais a classe que sofre desigualdade social ser inserida dentro do contexto social, ter um trabalho e uma vida digna e não somente saber ler e escrever. E a demanda está cada vez maior. O governo vem abrindo maior número de vagas e turmas para essa modalidade, oportunizando, mesmo que parcialmente, material didático, alimentação e transporte (BRANCO, 2008).

Projovem

De acordo com Barreira (2000), o Projovem foi regulamentado pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005 e Decreto nº 5.557, de 5 de outubro de 2005, em todas as capitais de todos os estados da federação e do Distrito Federal, com a finalidade de

formular normas, diretrizes e procedimentos técnico-pedagógicos para uma formação profissional dos jovens.

Esse programa foi criado para justamente trazer essa formação profissional aos jovens de baixa renda e que precisam de qualificação para atuar no mercado de trabalho que está cada vez mais competitivo. O Projovem busca justamente contribuir com essa formação que se divide em quatro modalidades, para jovens de diversos perfis, geridas por órgão federal e em parceria com estados e municípios (BARREIRA, 2000).

- Projovem Adolescente

Destina-se aos jovens com a faixa de idade entre 15 e 17 anos, trazendo a oportunidade de inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional, tratando de medidas socioeducativas que favorecem famílias com risco social ou beneficiários do programa “bolsa família”. Os portadores de deficiência também têm preferência nessa modalidade (BRASIL, 2008).

Nesse programa o jovem precisa estar frequentando o ensino regular, sendo assim atividades complementares a educação formal, dando assistência para desenvolvimento de suas habilidades e mais participação social, assim como também a inclusão digital. Essa modalidade é gerenciada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e combate à Fome (BRASIL, 2008).

- Projovem Urbano

Destina-se a jovens entre 18 e 29 anos de idade que não concluíram o ensino fundamental, mas são alfabetizados. Esses jovens são incluídos em um curso com duração de 18 meses contínuos e carga horária de duas mil horas (BRASIL, 2008).

Nessa modalidade os jovens recebem um auxílio de acordo com sua frequência nas atividades presenciais, sendo no mínimo 75% de frequência exigida e também a entrega de trabalhos. O valor estimado é em torno de R\$ 100, 00 (cem reais). Essa

modalidade ainda se encontra sob a responsabilidade do ministério da educação articulada com as políticas públicas da juventude (BRASIL, 2008).

- Projovem Campo

Esse programa destina-se a integração entre o campo e a juventude, onde são criadas oportunidades para jovens agricultores que foram excluídos do sistema educacional e impossibilitados de concluir o ensino fundamental na modalidade EJA, juntamente com uma boa qualificação social e profissional, sendo um curso com duração de 24 meses, utilizando como método educativo a pedagogia da alternância¹ (BRASIL, 2008).

- Projovem Trabalhador

Destina-se a jovens entre 18 a 29 anos de idade que tenham a renda inferior ou igual a um salário mínimo e que estejam cursando ou já tenham cursado o ensino fundamental ou médio. Esse programa vem como forma de preparar os jovens para sua inserção no mercado de trabalho, assim como geração de trabalhos alternativos como fonte de renda (BRASIL, 2008).

O governo, em parceria com estados e municípios, vai abrindo vagas e dando a esses jovens oportunidade de ingressar no mercado de trabalho através do curso. Esse curso tem duração de 350 horas e os alunos recebem um auxílio de seis parcelas de R\$ 100 reais, desde que mantenham a frequência mínima de 75% no período do curso (BRASIL, 2008).

2.5 PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE JOVENS E ADULTOS – PROEJA

¹ Entende-se por “pedagogia da alternância” o método que busca a interação entre o estudante que vive no campo e a realidade que ele vivencia em seu cotidiano, de forma a promover constante troca de conhecimentos entre seu ambiente de vida e trabalho e o escolar.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade jovens e adultos, que conhecemos como PROEJA, surgiu para dar a oportunidade às pessoas que não tiveram a educação básica concluída poderem assim ter essa conclusão, juntamente com uma formação profissional tendo como base legal o Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006 (BRASIL, 2006).

Esse programa destina-se a todos os jovens e adultos de 18 anos acima que já tenham concluído os anos finais do ensino fundamental. A carga horária do curso equivale a 2.400 horas que são divididas em seis semestres contínuos e de forma presencial, onde ao final do curso o aluno não somente recebe seu certificado de conclusão do curso, assim como também seu certificado técnico profissional na área que escolheu (BRASIL, 2006).

O governo, em parceria com os órgãos educacionais, deve dar suporte aos estados e ao Distrito Federal para que a realização do PROEJA ocorra de acordo com as necessidades de cada região, uma vez que a ideia principal do programa é fomentar uma boa formação profissional para esses jovens e adultos que frequentam essa modalidade (BRASIL, 2007).

O acompanhamento, monitoração e avaliação são de suma importância para que possa ocorrer o aperfeiçoamento do programa, contribuindo de forma eficaz para que os cursos sejam ofertados com qualidade para essas pessoas que buscam uma melhoria na qualidade de vida e acima de tudo viver com mais dignidade (BRASIL, 2007).

2.6 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O Estado do Espírito Santo atualmente é visto como uma referência na educação de jovens e adultos, sendo considerado um projeto bem elaborado e com diversas possibilidades para essa modalidade, incluindo a modalidade de oferta semipresencial que facilita mais a ativa participação dos alunos nas aulas, acompanhamento e diminui as taxas de evasão e reprovação desses alunos. O Conselho de Educação é um dos órgãos principais de atuação para que a EJA seja

aperfeiçoada no Estado, juntamente com a Secretaria de Educação do Estado, que busca sempre novas alternativas para inovar e facilitar o atendimento educacional aos jovens e adultos dessa região (BRASIL, 2008).

A partir do ano de 2017, a SEDU (Secretaria de Estado da Educação), ao ofertar a modalidade semipresencial, oportunizou aos alunos aulas presenciais apenas três vezes por semana e uma plataforma digital para estudarem. Essa medida traz mais flexibilidade na conclusão dos estudos dos alunos, podendo conciliar melhor seu tempo com o trabalho e o estudo. Pretende facilitar a vida desses alunos e diminuir assim o índice de evasão e reprovação, criando melhores condições para uma educação de qualidade (ALBA, 2017).

METODOLOGIA SEMIPRESENCIAL	ENSINO FUNDAMENTAL (1º segmento)		ENSINO FUNDAMENTAL (2º segmento)		ENSINO MÉDIO	
	Aulas Presenciais	Não Presenciais	Aulas Presenciais	Não Presenciais	Aulas Presenciais	Não Presenciais
CARGA HORÁRIA	1.040h	640h	1.040h	640	720h	480h
ORGANIZAÇÃO DA SEMANA	Terças, quartas e quintas -feiras	Segundas e sextas -feiras	Terças, quartas e quintas -feiras	Segundas e sextas -feiras	Terças, quartas e quintas -feiras	Segundas e sextas -feiras
TEMPO DO CURSO	02 anos Divididos em 04 semestres.		02 anos Divididos em 04 semestres		Um ano e meio Divididos em 03 semestres.	

FIGURA 2. Estrutura e duração por segmentos da EJA no Estado

FONTE: http://www.oestadoes.com.br/_conteudo/2017/07/cotidiano/educacao/18617-sedu-anuncia-45-mil-vagas-para-educacao-de-jovens-e-adultos-em-todo-estado.html

O Estado do Espírito Santo ainda conta com uma implantação de novos núcleos para essa modalidade, expandindo a educação de jovens e adultos para diversas outras regiões e cidades do estado. Essa nova proposta vem não somente para se adequar a realidade dos alunos, mas também agregar o uso das tecnologias para aprenderem e se capacitarem na utilização, sendo uma forma de preparo essencial para o mercado de trabalho (MINAYO, 2017).

É também notória a evolução da EJA no estado, onde o professor se vê cada vez mais motivado e interessado na busca de uma educação de qualidade para seus

alunos e esses, conseqüentemente, têm o desejo de melhorar suas condições de vida. Para isso, o governo vem aumentando o número de oferta de vagas de Ensino Fundamental e Ensino Médio nessa modalidade, com o objetivo de abranger o maior número de pessoas que desejam concluir os estudos, mas que já ultrapassaram a idade escolar. Acredita-se que essa forma de oferta semipresencial será muito mais incentivadora e atrativa para os alunos que podem estudar de acordo com a sua disponibilidade de horários, claro que diante de todo suporte e orientação necessários (MINAYO, 2017).

Assim, como em todo o Brasil, no Espírito Santo, de acordo com a Resolução 3.777/2014, os alunos devem ter idade mínima de 15 anos para ingressar na modalidade da EJA para o Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio, pois o objetivo maior é ofertar uma educação de qualidade e para todos que ultrapassaram a idade regular de frequentarem os segmentos escolares, uma vez que o público da EJA são pessoas de idade mais avançada e que buscam não somente aprender a ler e escrever, mas ingressar no mercado de trabalho e progredir na vida, vendo nesta modalidade grande oportunidade para isso acontecer (MINAYO, 2017).

3 PAPEL SOCIAL DA ESCOLA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Para iniciar esse tópico discursivo vale ressaltar que o mesmo tem como objetivo identificar o papel social da educação de jovens e adultos na sociedade contemporânea. Mediante tal objetivo traçou-se a seguinte hipótese: A escola vem cumprindo o seu papel social na educação de jovens e adultos? Nesse sentido, pode-se verificar na literatura consultada que a escola tem sua função social e esta passa a ser um dos temas mais frequentes no debate contemporâneo que envolve a Educação.

Segundo o Censo de 2014 do IBGE, existem cerca de 29,4 milhões de indivíduos analfabetos no Brasil o que, segundo Fernando Haddad, coloca o Brasil entre os países com maiores taxas percentuais de analfabetismo. Quanto ao índice de reprovação nos primeiros anos do Ensino Fundamental das escolas públicas brasileiras, apesar da democratização dos estudos e do acesso à escola, este se mantém desde 1980 em torno de 50% e, como é bem sabido, estes números referem-se, em sua maioria, a crianças de zona rural e das periferias dos centros urbanos, ou seja, de classes sociais economicamente desfavorecidas.

Com a democratização do ensino, a Constituição Brasileira, em seu Artigo 208, Parágrafo 1º, defendeu a garantia a todo cidadão de acesso ao ensino fundamental obrigatório e gratuito. No entanto, cerca de 4 milhões de crianças entre 7 a 14 anos encontram-se fora da escola; 1,7 milhão de crianças evadidas das escolas públicas do Ensino Fundamental e 50% de crianças, em sua maioria, oriundas de classes baixas, são reprovadas todos os anos (PATTO, 1999).

Em referência à América Latina, segundo a Unesco (2000), o Brasil é o país que tem o menor percentual de alunos concluídos no Ensino Fundamental. Enquanto a Bolívia aprova 64%, o Peru 70%, a Venezuela 73% e o Uruguai 86%, no Brasil apenas 33% dos alunos concluem essa etapa de estudo.

Por se viver num período de transformação sem precedentes na história da humanidade é possível encontrar muitas denominações para esse período – Era do Conhecimento, Sociedade do Conhecimento, Sociedade em Rede, Sociedade da

Comunicação – fazendo referência às inovações e mudanças da sociedade. Existe um elemento comum entre esses diferentes modos de nomear o cenário atual e este se refere ao papel central do conhecimento na organização social e econômica atual, o que inclui redefinir a centralidade da instituição escolar.

No momento em que a sociedade se defronta com mudanças significativas em suas bases sociais e tecnológicas, novas atribuições passam a ser exigidas da escola. Conseqüentemente, também, sua função social tem tendências a serem revistas; seus limites e possibilidades, questionados. A nossa pretensão é aprofundar elementos do debate atual sobre a escola, trazendo para discussão questões relativas ao seu papel na sociedade do conhecimento, na relação com outras dimensões importantes como a democracia, a comunidade e a cultura.

Quando se recorda que a escola representa a instituição que a humanidade criou para socializar o saber sistematizado (PENIN; VIEIRA, 2001), encontra-se que a sua função social passa por variações ao longo do tempo, relacionando-se aos diferentes momentos da história, às culturas de países, regiões e povos. É importante salientar que isso ocorre porque cada sociedade e cultura criam suas próprias formas de educação e de escolarização, mesmo que para isso tenham que guardar uma especificidade com os diferentes contextos de origem. Ao mesmo tempo, mantêm-se elementos comuns ao processo de produção de conhecimentos, valores e formas de convivência social que constituem a essência da tarefa escolar. Por isso é que a

[...] educação une o passado com o futuro. Comunica a herança cultural das gerações precedentes à luz das exigências do mundo de amanhã. O conhecimento transmitido pela escola expressa também este duplo movimento: resume um legado e antecipa possibilidades (BRUNER, 2001, p. 34).

Em determinados momentos históricos, ocorrem mudanças nas relações que os homens estabelecem com a natureza e os objetos passam a ser, de tal ordem, que a escola parece ficar impossibilitada. Isto ocorre porque o sistema educativo e a escola deixam de acompanhar as mudanças no ritmo em que elas ocorrem.

Através da História percebe-se que a preocupação com a educação das camadas privilegiadas da população já esteve presente nas primeiras formas de escolarização, tanto em Roma, como na Grécia Antiga. Mas foi com a criação das universidades, na Idade Média, que o ensino passou a ser organizado em instituições específicas. Só que, como ocorria na Antiguidade, a educação só conseguia atingir apenas uma minoria da população.

Com os movimentos que precederam a Revolução Francesa e a Independência dos Estados Unidos, há mais de duzentos anos, dá-se início à perseguição ideal de uma escola que abrisse as suas portas para a classe trabalhadora, fugindo do total atendimento apenas à elite. Esses movimentos configuram-se como rupturas em relação às formas de organização social anteriores, marcando importantes avanços na luta pela democracia. Talvez tenha sido a partir de então que se passou a perseguir o ideal de uma educação para todos e que, em pleno século XXI, ainda não é uma realidade para gigantescas parcelas da população no mundo inteiro.

O Relatório Mundial de Educação da Unesco (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization ou, em português, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) para o ano 2000, registrou que ainda havia 875 milhões de pessoas analfabetas com idade igual ou superior a 15 anos. A que contingente populacional estes assustadores números corresponderiam no Brasil? Segundo a mesma fonte, no ano de 2000, a estimativa era a de que havia cerca de 18 milhões de adultos analfabetos em nosso país (UNESCO, 2000). Com isto, pode-se ver que a despeito dos esforços empreendidos no sentido de democratizar a educação, historicamente, a escola cumpriu uma função social excludente. Algumas das explicações para esta situação podem ser encontradas no próprio processo escolar, outras devem ser atribuídas a fatores extraescolares, determinantes das formas da sociedade.

Assegura-se que o Brasil teve um desenvolvimento tardio em matéria de educação. A herança colonial, o legado jesuítico, o descaso para com a escolarização das massas, entre outros motivos, respondeu por uma trajetória de escassas luzes neste campo. Nos primeiros séculos de nossa história, a educação era restrita a poucos, privilégio de minorias econômicas. É somente a partir do século XX que a escola

vivencia um período de expansão, mais especificamente por volta dos anos 20 e 30, quando muitas mudanças econômicas, políticas, culturais e sociais ocorrem. Com o crescimento do processo de urbanização e da industrialização, a escola passa a representar uma condição de modernização do país.

Este período coincide com grande efervescência em termos educacionais porque reformas ocorrem em muitos Estados brasileiros, inclusive em Minas Gerais. Educadores que marcam a história das ideias educacionais em nosso país estão à frente dos movimentos reformistas. Dentre eles, destacam-se Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho. É também desta fase um dos mais importantes movimentos da educação brasileira, que se expressa na divulgação de um documento: o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Neste texto, os educadores portadores das ideias mais avançadas daquele período defendiam uma educação pública, gratuita e laica para todos os cidadãos brasileiros.

O manifesto trata especificamente da função social da escola, assunto este que se vê por meio de trechos a seguir. À primeira vista, a linguagem do texto pode parecer estranha ao leitor e, na verdade, como a passagem foi transcrita do original, naturalmente, algumas formas de expressão já não são as mesmas. Entretanto, o espírito do manifesto mantém-se bastante atual, o que possibilita revelar a sintonia com a função social da escola em nossos dias, no que diz respeito à sua relação com a comunidade. Assim, o papel da escola na vida e a sua função social é compreendido da seguinte forma:

[...] a escola, campo específico de educação, não é um elemento estranho à sociedade humana, um elemento separado, mas uma instituição social, um órgão feliz e vivo, no conjunto das instituições necessárias à vida, o lugar onde vivem a crença, a adolescência e a mocidade, em conformidade com os interesses e as alegrias profundas de sua natureza [...] Dessa concepção positiva da escola, como uma instituição social, limitada na sua ação educativa, pela pluralidade e diversidade das forças que concorrem ao movimento das sociedades, resulta a necessidade de reorganizá-la, como um organismo maleável e vivo, aparelhada de um sistema de instituições susceptíveis de lhe alargar os limites e o raio de ação [...] Cada escola, seja qual for o seu grau, dos jardins às universidades, deve, pois, reunir em torno de si as famílias dos alunos, estimulando as iniciativas dos pais em favor da educação; constituindo sociedades de ex-alunos que mantenham relação constante com as escolas; utilizando, em seu proveito, os valiosos e múltiplos elementos materiais e espirituais da coletividade e despertando e desenvolvendo o poder de iniciativa e o espírito de cooperação social entre os pais, os professores, a imprensa e todas as demais instituições diretamente interessadas na obra da educação (HARGREAVES, 2008, p. 67).

A Constituição de 1934 incorpora algumas ideias do Manifesto, estabelecendo a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário. Durante as décadas seguintes, observa-se uma lenta organização dos sistemas estaduais de ensino. Muitas reformas ocorrem, mas é somente em 1961 que o país tem aprovada a sua primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 4.024/61). Esta, por sua vez, foi de curta duração. Com a instauração do regime autoritário (1964) e as mudanças políticas dele decorrentes, novas leis passam a definir a organização escolar, desde a universidade (Lei 5.540/68) à educação elementar e média (Lei 5.692/71). Estas leis instituem a reforma universitária e a reforma dos antigos ensinos primário e secundário. Amplia-se a escolaridade obrigatória de quatro para oito anos e propõe-se a profissionalização do ensino.

Ao longo do processo de expansão da escolaridade no Brasil, muitos problemas foram surgindo. Muitos educadores, já nos anos 50, denunciavam que o crescimento da oferta escolar havia correspondido uma queda de qualidade. Esta denúncia seria uma constante no decorrer das décadas subseqüentes. Na verdade, problemas dos mais diversos níveis foram se acumulando. A escola não poderia mais se destinar ao atendimento de uma pequena minoria da população e ao oferecimento de uma educação de elite. Só que, com a incorporação de grandes massas de crianças, jovens e adultos à escola, houve muita improvisação – instalações, equipamentos e recursos humanos, para citar apenas os mais óbvios.

Diante dos problemas acumulados, o Poder Público buscou alternativas de reforma do sistema escolar, aprovando uma nova legislação educacional – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9.394/96); a lei que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEP – Lei 9.424/96); e, mais recentemente, o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pelo Congresso Nacional, em dezembro de 2000, e sancionado pelo Presidente da República, em janeiro de 2001.

A reflexão sobre a função social da escola não pode prescindir de um olhar sobre a legislação, isto porque nela estão definidos os fins da educação brasileira, particularmente na Constituição de 1988 e na LDB. É forçoso reconhecer que a legislação tem exercido um papel marcante no cenário educacional brasileiro, seja

no sentido de efetivamente promover reformas necessárias, seja de provocar a desorganização do sistema escolar, como ocorreu com a reforma de 1971 (Lei 5.692/71), que pretendeu implantar a profissionalização da educação básica. Como já se afirmou antes,

[...] muitas de nossas leis representam fruto de lutas de educadores em seus movimentos coletivos. Traduzem também – e por vezes de forma autoritária, como ocorreu com a legislação do período da ditadura – a disposição dos governos em levar adiante um determinado projeto educacional. Devemos conhecê-las, na medida em que contém as disposições gerais sobre a educação, assim como podem indicar avanços para a superação dos problemas que afetam a realidade escolar, mas não podemos nos esquecer que as mudanças em educação resultam de muitos outros aspectos, e não apenas da legislação (PENIN; VIEIRA, 2001, p.34).

O direito de todos à educação está estabelecido na Constituição de 1988 e na LDB, sendo um dever do Estado e da família promovê-la. A finalidade da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho (Constituição, Art. 205, e LDB, Art. 2º). Isto significa que a missão da escola, tal como definido em lei é, justamente, promover o pleno desenvolvimento do educando, preparando-o para a cidadania e qualificando-o para o trabalho.

A LDB de 1996 é a primeira de nossas leis educacionais a estabelecer atribuições para os estabelecimentos de ensino, os quais têm as seguintes incumbências:

- I. Elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II. administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III. assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas – aula estabelecidas;
- IV. velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V. Prover meios para a recuperação de alunos de menor rendimento;
- VI. articular-se com as famílias e a comunidade, criando processo de integração da sociedade com a escola;
- VII. informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica (LDB, art. 12).

A nova LDB prevê flexibilidade no que se refere às formas de organização escolar, permitindo que se atenda às peculiaridades regionais e locais, às diferentes clientelas e necessidades do processo de aprendizagem (Art. 23). São também previstas formas de progressão parcial (Art. 24, III), aceleração de estudos para alunos com atraso escolar, aproveitamento de estudos e recuperação (Art. 24). Isto quer dizer que, sendo comum a finalidade da escola – promover o pleno desenvolvimento da pessoa – cada unidade pode e deve ter características e formas

de organização próprias, dependendo de sua localização geográfica, clientela e outros aspectos.

Um dos elementos para compreender o processo de mudança que se vive é o aumento da dependência dos países, dos governos, das empresas e dos indivíduos em relação ao conhecimento. Países e pessoas percebem melhor sua condição de dependência uns dos outros e o papel central que o conhecimento possui nessa dependência ou, pensando numa forma mais positiva, nessa partilha. A maneira como os homens partilham o conhecimento criando outros, é facilitada pela sua rápida divulgação pelos meios de comunicação e pela tecnologia da informática. Também identificando essas especificidades da nova civilização, o Papa João Paulo II assim se pronuncia na Encíclica *Centesimus Annus*, de 1991: “Se antes a terra e depois o capital eram os fatores decisivos da produção [...] hoje o fator decisivo é, cada vez mais, o homem em si, ou seja, seu conhecimento”.

Essa nova relação das pessoas com o conhecimento traz duas consequências para a escola brasileira. A primeira delas é o reforço de sua importância social, já que ela ainda é a porta de entrada da maior parte da população para o acesso ao mundo do conhecimento. De fato, vive-se um período no qual a informação está, a um só tempo, disponível como nunca esteve e, contraditoriamente, inacessível a grande parte da nossa população. Estudiosos da era da informação, como Manuel Castells, têm observado que a globalização marginaliza povos e países que têm sido excluídos das redes de informação. Há uma tendência de concentração nas economias avançadas de produção entre as pessoas instruídas numa faixa de 25 a 40 anos. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), apenas 5% da população está inserida no mundo digital. A Internet está criando um abismo entre os mais ricos e os mais pobres (CASTELLS, 2000).

Marun (2014) afirma que a segunda consequência, aliada à perspectiva democratizadora já considerada, é a necessidade da escola repensar profundamente sua organização, sua gestão, sua maneira de definir os tempos, os espaços, os meios e as formas de ensinar, ou seja, o seu “jeito de fazer escola”. É hora de “jogar fora as roupas velhas” e tornar a “vestir a escola”, a partir de sua função social que permanece: ensinar bem e preparar os indivíduos para exercer a

cidadania e o trabalho no contexto de uma sociedade complexa, enquanto se realizam como pessoas, principalmente na EJA.

Para a escola pública, tais reflexões representam uma oportunidade para reconhecer que as mudanças necessárias no sistema educacional são urgentes e demandam esforço coletivo de todos que fazem educação (profissionais, governos e sindicatos), assim como a sociedade como um todo.

A concepção das novas atribuições da educação e, conseqüentemente, da função social da escola, tem sido bastante debatida. Nos anos 90, por exemplo, a UNESCO instituiu a Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, que veio a produzir um relatório no qual a educação é concebida a partir de princípios que constituem os quatro pilares da educação, quais sejam: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser (UNESCO, 2000).

A educação assim concebida indica uma função da escola voltada para a realização plena do ser humano e é importante que se diga: “de todos” os seres humanos do país, num momento de escolarização de massa que o país pretende atingir. Tal realização plena do ser humano – crianças, jovens ou adultos – é alcançada por meio da convivência e da ação concreta, qualificadas pelo conhecimento. Historicamente, as escolas preocupam-se mais em desenvolver as duas primeiras aprendizagens (aprender a conhecer e aprender a fazer); há que se preocupem também com as duas últimas (aprender a conviver e aprender a ser). Todavia, sobre esses elementos de sustentação ou pilares há que se construir a escola. Essa construção demanda uma travessia que geralmente se inicia pela passagem do âmbito dos princípios para além de um projeto pedagógico e desse para as práticas e ações dos educadores. Essa travessia pressupõe uma reflexão de todos os envolvidos sobre as decisões que dão forma a uma escola, desde as relativas ao currículo passando pelas relacionadas à aula e às metodologias, até as que se referem à gestão escolar.

Tendo em vista as mudanças profundas que ocorrem no âmbito da civilização lembrada nesse texto e entendendo o currículo como uma trajetória de formação dos alunos, cuidado especial deve ser dado à definição dos conteúdos escolares. Eles

constituem peça importante para ser colocada sobre os pilares de sustentação acima descritos. Nenhum currículo pode se fixar por muito tempo. É necessário haver um repensar constante sobre sua contemporaneidade, ou seja, sua atualidade e sua adequação ao que está acontecendo no mundo. Os alunos precisam de conhecimentos que lhes sirvam para melhor entender a sociedade global e melhor conviver e agir em sua comunidade e no seu trabalho.

3.1 A EVASÃO ESCOLAR EM ANÁLISE

A evasão e o abandono escolar se configuram como uma problemática relacionada à educação brasileira. As metas estipuladas pela Constituição Federal de 1988, que determinam a universalização do ensino fundamental e a “erradicação” do analfabetismo, ainda não se concretizaram, mesmo sendo a educação um direito garantido e determinado em seu Art. 6º. Neste, a educação – juntamente com moradia, trabalho, lazer, saúde, entre outros – constitui um direito social (BRASIL, 1988), apesar de apresentar deficiências e desagregação entre as diferentes regiões do país.

Várias formas de interpretação não permitem definir exatamente “evasão” e “abandono escolar”. Essa diversidade de conceituação atrapalha a quantificação precisa dos casos, dificultando o estudo das causas e dos princípios que podem levar a alternativas claras e objetivas para superação desse problema que perdura até hoje. É basilar a compressão das relações entre os motivos de ingresso e a trajetória dos estudantes que concluem os cursos, dos desistentes e egressos desse público, dentre muitas outras questões.

Evasão, segundo Riffel e Malacarne (2010), é o ato de evadir-se, fugir, abandonar, sair, desistir, não permanecer em algum lugar. Quando se trata de evasão escolar, percebe-se a “fuga” ou o “abandono da escola” em função da realização de outra atividade. A diferença entre evasão e abandono escolar foi apontada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep (1998) e, nesse caso, “abandono” significa a situação em que o aluno desliga-se da escola, mas retorna aos bancos escolares, no ano seguinte, muitas vezes. Na situação de

“evasão”, o aluno deixa a escola e não volta para o sistema escolar.

Nesse contexto, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb (2012) considera o abandono como o afastamento do aluno do sistema de ensino e desistência das atividades escolares, sem solicitar transferência.

Steinbach (2012) e Pelissari (2012) adotam o termo abandono escolar, pois consideram evasão um “ato solitário”, levando a responsabilizar o aluno e os motivos externos pelo seu afastamento.

Ferreira (2013, p. 33) vai além e aponta esse abandono escolar como “fracasso das relações sociais que se expressam na realidade desumana que vivencia o aluno em seu cotidiano, no qual a distância formada pela teoria e a prática desafia a inteligência do indivíduo”.

Para Machado (2009), “tratar da evasão é tratar do fracasso escolar; o que pressupõe um sujeito que não logrou êxito em sua trajetória na escola” (MACHADO, 2009, p. 36).

Sendo assim, evasão e abandono não têm uma origem definida e por isso não terão um fim por si só. O problema não é apenas a falta de vinculação às políticas públicas, a desestruturação familiar ou, ainda, as dificuldades de aprendizagem dos educandos, e sim a soma de vários fatores. Verificam-se, na atualidade, que esses inúmeros fatores podem influenciar no agravamento do fenômeno da evasão e, conseqüentemente, na concretização do fracasso escolar. Entretanto, duas diferentes abordagens se destacam. A primeira está ligada a fatores externos à escola – desigualdade social, relação familiar e drogas, por exemplo – enquanto a outra trata dos fatores internos da instituição – ligados à própria escola, à linguagem e ao professor.

A respeito dos fatores externos à escola, em um estudo realizado por educadores como Brandão, Bianchini & Rocha (1983), a partir de uma revisão de literatura nacional e internacional sobre evasão escolar e repetência no ensino fundamental, foi encontrada a seguinte explicação para o problema: os alunos de nível

socioeconômico mais baixo têm um menor índice de rendimento, portanto, são mais propensos à evasão.

Essa afirmação está vinculada a situações que envolvem alunos trabalhadores que precocemente precisam contribuir no provimento da família e de sua própria subsistência. Assim, exaustos das rotinas diárias e desmotivados pela baixa qualidade do ensino ou inexistência de sentimentos de pertencimento, muitos adolescentes desistem dos estudos sem completar o ensino médio.

O censo escolar de 2007 (Inep/MEC) afirma que a evasão escolar entre jovens é alarmante. O Brasil tem a terceira maior taxa de abandono escolar entre os 100 países com maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e a menor média de anos de estudo entre os países da América do Sul.

Assim, a evasão é um tema em constante debate e quando se trata da educação de jovens e adultos ganha uma proporção muito maior. É notável que as escolas estão cada vez mais se distanciando da plenitude de um ensino abrangente, por mais que a mídia insista em dizer que temos um ensino globalizado. Para ilustrar essa constatação, apresenta-se o quadro totalizador da EEEFM “Dr. Jones dos Santos Neves”, no ano de 2016, apresentando os dois semestres de matrículas da EJA, bem como seu resultado final.

Tabela 1: QUADRO TOTALIZADOR DA EJA - 1º SEMESTRE 2016

Série/ Ano	Nº de turmas	Matrícula inicial	Transferências		Desistênc ias	Matrícula final	Total de alunos		% de Evasão
			Recebid as	Expedid as			Aprova dos	Reprova dos	
1ª - EF*	01	08	-	-	04	04	04	-	50%
2ª - EF		03	-	-	01	02	02	-	33,3%
3ª - EF		03	-	-	01	02	02	-	33,3%
4ª - EF		03	-	-	-	03	03	-	0%
5ª - EF	01	12	01	01	07	05	03	02	58,3%
6ª - EF		16	-	02	06	08	07	01	37,5%
7ª - EF		13	-	01	02	10	08	02	15,3%
8ª - EF	01	15	01	01	03	12	12	-	20%
1ª-1-EM**	01	37	-	02	08	27	21	06	21,6%
1ª-2-EM	01	41	-	03	20	18	14	04	48,7%
2ª-1-EM	01	42	-	03	06	33	28	05	14,2%
2ª-2-EM	01	40	-	-	11	29	25	04	27,5%
3ª-1-EM	01	34	-	01	05	28	28	-	14,7%
3ª-2-EM	01	34	-	02	03	29	24	05	8,82%
TOTAL	09	301	02	16	77	210	181	29	25,5%

* Considerar EF* como Ensino Fundamental e EM** como Ensino Médio em todos os Quadros

Fonte: EEEFM “Dr. Jones dos Santos Neves”

Tabela 2: QUADRO TOTALIZADOR DA EJA - 2º SEMESTRE 2016

Série/ Etapa	Nº de turmas	Matrícula inicial	Transferências		Desistên- cias	Matrícula final	Total de alunos		% de Evasão
			Recebi- das	Expedi- das			Aprova- dos	Reprova- dos	
1ª - EF	01	01	-	-	-	01	01	-	0%
2ª - EF		04	-	-	-	04	04	-	0%
3ª - EF		03	-	-	-	03	03	-	0%
4ª - EF		02	-	-	-	02	02	-	0%
5ª - EF	01	10	-	04	-	06	02	04	0%
6ª - EF		09	-	03	-	06	06	-	0%
7ª - EF	01	12	-	04	-	08	06	02	0%
8ª - EF		18	-	04	-	14	13	01	0%
1ª-1-EM	01	39	-	08	08	23	19	04	21%
1ª-2-EM	01	29	01	05	-	23	20	03	0%
2ª-1-EM	01	28	-	05	05	18	17	01	17,8%
2ª-2-EM	01	37	-	02	-	35	32	03	%
3ª-1-EM	01	36	-	03	02	31	27	04	5,5%
TOTAL	08	228	01	38	15	174	152	22	6,5%

Fonte: EEEFM “Dr. Jones dos Santos Neves”

Pelo que se observa nos quadros apresentados acima, podemos perceber que a situação não se apresenta resolvida quando o tema é evasão na educação de jovens e adultos. Percebe-se que ela ocorre tanto no início do ingresso dos estudantes ao curso, o que pode indicar uma não adaptação à escola e às suas metodologias de ensino, quanto à medida que os educandos vão tendo possibilidades de inserção ao mercado de trabalho, seja por motivos de ajudar a família ou mesmo para o seu próprio sustento.

Para Zunti (2015) trata-se de reinventar o processo ensino-aprendizagem para que a evasão não ocorra em um número tão elevado. Faltam políticas públicas e estratégias de ensino que valorizem e atendam às necessidades dos estudantes nessa faixa etária.

O convívio familiar conflituoso, a má qualidade do ensino, as condições sócio-econômicas, entre outros fatores, são considerados partes integrantes e comuns da evasão escolar. É válido dizer que a evasão está relacionada não apenas à escola, mas também à família, às políticas de governo e ao próprio aluno que, pela situação econômica que vive, não tem vontade ou não vê sentido na continuidade de aperfeiçoamento para futuramente ter uma profissão ou na conclusão do ensino.

Segundo Arroyo (1997), diante das situações de evasão escolar, a escola tem a responsabilidade de considerar a dinâmica de desestruturação de muitas realidades familiares, assumindo seu papel formador, com foco nos processos de ensino-aprendizagem. É preciso que a escola atual esteja preparada para receber e formar esses jovens e adultos que são frutos de uma sociedade injusta e, para isso, é preciso contar também com professores dinâmicos e responsáveis, que sejam capazes de inovar e transformar sua sala de aula em um lugar atrativo e estimulador.

Continuando uma análise sistemática, apresenta-se agora quadros que ilustram o ano de 2017, mostrando que o paralelo entre esses dois anos não é distinto (2016 e 2017), e que a realidade da evasão escolar se mantém ano após ano, necessitando medidas urgentes por parte das políticas públicas, além de metodologias diferenciadas por parte da escola e de seus professores.

Tabela 3: QUADRO TOTALIZADOR DA EJA - 1º SEMESTRE 2017

Série/ Ano	Nº de turmas	Matrícula inicial	Transferências		Desistência	Matrícula final	Total de alunos		% de Evasão
			Recebi das	Expedidas			Aprova dos	Reprova dos	
1ª - EF	01	6	-	1	5	5	-	-	83,3%
2ª - EF		1	-	-	-	1	1	-	0%
3ª - EF		4	-	-	2	2	2	-	50%
4ª - EF		4	-	-	4	0	-	-	100%
5ª - EF	01	8	2	1	4	5	2	3	50%
6ª - EF		16	-	5	4	7	7	-	25%
7ª - EF	01	19	-	2	7	10	4	6	36,8%
8ª - EF	01	33	2	10	6	19	14	5	18,1%
1ª-1-EM	01	44	1	15	4	26	19	7	9%
1ª-2-EM	01	45	-	15	9	21	13	8	20%
2ª-1-EM	01	40	-	6	2	32	28	4	5%
2ª-2-EM	01	38	4	8	2	32	26	6	5,2%
3ª-1-EM	01	38	-	3	1	34	31	3	2,6%
1ª - EF	01	28	1	7	-	22	20	2	0%
TOTAL	10	324	10	73	50	216	167	44	15,4%

Fonte: EEEFM “Dr. Jones dos Santos Neves”

Tabela 4: QUADRO TOTALIZADOR DA EJA - 2º SEMESTRE 2017

Série/ Etapa	Nº de turmas	Matrícula inicial	Transferências		Desistências	Matrícula final	Total de alunos		% de Evasão
			Recebi das	Expedi das			Aprov ados	Reprova dos	
5ª – EF	01	10	-	01	08	01	01	-	80%
6ª – EF		08	-	-	05	03	03	-	62,5%
7ª – EF		15	-	-	09	06	06	-	60%
8ª – EF	01	19	-	01	08	10	10	-	42,1%
1ª-1-EM	01	49	-	02	23	24	23	01	85,9%
2ª-1-EM	01	54	-	01	16	37	34	03	29,6%
3ª-1-EM	01	38	-	01	07	30	29	01	26,6%
3ª-2-EM	01	36	-	01	04	31	30	01	11,1%
TOTAL	06	229	-	07	80	142	136	06	34,9%

Fonte: EEEFM “Dr. Jones dos Santos Neves”

Vieira (2014) chama a atenção quando diz que a evasão na EJA jamais deixou de ser um fato histórico, muito pelo contrário, persiste na atualidade, e, com base nos Quadros apresentados acima, pode-se dizer que essa ponderação é real e provável. Os índices de evasão da EEEFM “Dr Jones dos Santos Neves” retratam um pouco dessa realidade desanimadora da educação brasileira na modalidade educação de jovens e adultos.

Nesse sentido, investir em educação de jovens e adultos, antes de mais nada, é repensar as propostas de ensino e as condições para que esses estudantes permaneçam na escola e terminem as etapas da Educação Básica, pois como ficou comprovado nesse tópico discursivo, a evasão é um dos fatores que “enfraquecem” o processo educativo na EJA, apontando para uma realidade de fracasso escolar que deixa muitos estudantes à margem do conhecimento e de um futuro mais promissor e justo para todos.

3.2 METODOLOGIAS DE ENSINO PARA MINIMIZAR A EVASÃO ESCOLAR NA EJA

O terceiro tópico discursivo vem em torno do objetivo de identificar metodologias de ensino para minimizar a evasão na EJA. E por meio desse objetivo levantou-se a seguinte hipótese: Por meio de práticas diversificadas é possível diminuir a evasão e, por conseguinte, mudar o cenário da educação de jovens e adultos?

Em meio a esse objetivo e buscando responder à hipótese levantada buscou-se discutir a partir de autores renomados que a educação deve proporcionar um enorme leque de oportunidades e de diferentes práticas pedagógicas. Entre elas destaca-se o lúdico, que vem crescendo nos campos acadêmicos e cada vez mais ganha espaço nas salas de aula. Diante desta prerrogativa surgiu a necessidade de uma reflexão mais profunda, de abordar neste trabalho “o lúdico na EJA” como forma de diminuir a evasão nessa modalidade.

Assim, registram-se a princípio alguns teóricos que confirmam a importância do lúdico no processo de ensino-aprendizagem. Dentro deste mesmo contexto aborda-se o “brincar na escola”, dentro de uma perspectiva social, afetiva e cultural, histórica e criativa, que supõe o processo de construção do aprendizado através da participação do educando de forma lúdica.

Nesse sentido, o presente estudo defende o uso de metodologias e práticas de ensino diversificadas como ferramentas para proporcionar uma aprendizagem mais significativa aos alunos da educação de jovens e adultos e, assim, diminuir a evasão.

De acordo com Libâneo (2013), a utilização de métodos/recursos de ensino organiza as ações de ensino-aprendizagem, configurando-se num meio adequado para se atingir objetivos. Procedimentos e técnicas de ensino diversificadas auxiliarão na formação de alunos que possam atuar na sociedade de forma crítica e criadora, segundo o autor. Ele explica:

O professor [...] utiliza intencionalmente um conjunto de ações, passos, condições externas e procedimentos, a que chamamos métodos de ensino [...] Em resumo, podemos dizer que os métodos de ensino são as ações do professor pelas quais se organizam as atividades de ensino e dos alunos, para atingir objetivos do trabalho docente em relação a um conteúdo específico [...] A escolha e organização dos métodos de ensino devem corresponder à necessária unidade objetivos-conteúdos-métodos e formas de organização do ensino e às condições concretas das situações didáticas (LIBÂNEO, 2013, p.165-167).

Ainda para Libâneo (2013), as metodologias de ensino não se reduzem a quaisquer medidas, procedimentos ou técnicas. Elas estão relacionadas às concepções de sociedade, de atividade prática humana no mundo, ao processo de conhecimento e, particularmente à compreensão da prática educativa na sociedade. Nesse sentido,

[...] antes de se constituírem em passos, medidas e procedimentos, os métodos de ensino se fundamentam em um método de reflexão e ação sobre a realidade educacional, sobre a lógica interna e as relações entre os objetos, fatos e problemas dos conteúdos de ensino, de modo a vincular a todo momento o processo de conhecimento e a atividade prática humana no mundo (LIBÂNEO, 2013, p. 166)

Assim, a diversificação e escolha de metodologias de ensino deverão considerar as reais possibilidades dos professores, bem como os anseios dos estudantes, diante de suas faixas etárias, contextos de vida, possibilidades de aprendizagem, entre os fatores.

O uso adequado e eficaz dos métodos de ensino visa assegurar, no processo de transmissão/assimilação de conhecimentos e habilidades, a atualização das capacidades potenciais dos alunos, de modo que adquiram e dominem métodos próprios de aprender. Nenhum ensino pode ser bem sucedido se não partir das condições prévias dos alunos para enfrentar conhecimentos novos. É, portanto, indispensável investigar a situação individual e social do grupo de alunos, os conhecimentos e experiências que eles já trazem de modo que, nas situações didáticas, ocorra ligação entre os objetivos e conteúdos propostos pelo professor e as condições de aprendizagem dos alunos (LIBÂNEO, 2013, p. 168).

Para Santos (1997, p. 54) “brincar é a forma mais perfeita para perceber a pessoa e estimular o que ela precisa aprender e desenvolver-se”. Nessa instância, é necessário apontar para o papel do professor na garantia e enriquecimento da brincadeira como atividade social do universo da EJA. As atividades precisam ocupar um lugar especial na educação entendendo que o professor é figura essencial, criando espaços, oferecendo materiais adequados e participando de momentos lúdicos.

Segundo Kishimoto (1994, p. 234), o brinquedo “é entendido como objeto, suporte da brincadeira”. Com a mesma concepção, Vygotsky (1984, p.182), diz que “o brinquedo tem um papel importante, aquele de preencher uma atividade básica dos educandos, ou seja, ele é um motivo para ação”.

Para Araújo (2003, p.70), “o brinquedo sempre foi e será um objeto criado para a aprendizagem”. Através do brinquedo, da brincadeira, o educando instiga a sua imaginação, adquire sociabilidade, experimenta novas sensações, começa a conhecer o mundo, trava desafios e busca satisfazer sua curiosidade de “tudo conhecer”.

O processo de construção do aprendizado na educação de jovens e adultos será efetuado mediante a participação dessas pessoas no brincar. O prazer, como disse Vygotsky (1984), não é suficiente para justificar a importância do brincar. Possui, porém, um papel relevante juntamente com outros fatores, uma vez que leva ao educando a ter iniciativa. O jovem é incapaz de separar, pelo menos a princípio, a realidade da fantasia; o brincar para o educando é coisa muito séria.

Assim, a ludicidade para os educandos da EJA se constitui como atividade primária, trazendo grandes benefícios físicos, intelectuais e sociais. Como benefício físico, o lúdico satisfaz as necessidades de crescimento de competitividade entre os alunos. Os jogos lúdicos devem ser bases fundamentais dos exercícios físicos impostos às pessoas da EJA pelo menos durante o período escolar. Como benefício intelectual, o lúdico pode contribuir para a desinibição, produzindo uma excitação mental e altamente fortificante. No aspecto social, poderá proporcionar maior interação e novas relações entre os estudantes.

Levando em consideração as ideias apontadas, pode-se afirmar que os jogos podem ajudar na apropriação dos sistemas formais. O educando, através do lúdico, representa situações que simboliza uma realidade que ainda não pode alcançar. As brincadeiras favorecem ainda, além do processo de alfabetização e letramento, a formação da personalidade, agindo diretamente na cooperação do grupo e na participação coletiva.

Visto que a educação de jovens e adultos é um processo contínuo e a educação é parte de um todo, com atividades lúdicas, variadas e criativas é possível obter um ensino global, onde os saberes são construídos através da ação-reflexão-ação (MELLO, 2004, p. 33). É preciso desafiar e incentivar o educando da EJA, criando um ambiente onde possa ocorrer o desenvolvimento do pensamento crítico e a tomada de decisões perante o grupo. Na realidade, o que importa mesmo é a participação nas atividades. Seguindo estes princípios, a espontaneidade e as atividades culturais, podem contribuir para a construção do conhecimento de jovens e adultos.

Nesse contexto, educar ludicamente possui um significado muito profundo e está presente em todas as fases da vida. Bem aplicada e compreendida, a ação lúdica

pode contribuir concretamente para a melhoria do ensino, no que se refere à qualificação e formação crítica do educando, na permanência do mesmo na escola, para redefinir valores e melhorar o relacionamento e ajustamento para a sociedade, garantindo a cidadania (ALMEIDA, 2003).

Para finalizar esse estudo, Friedman (1999) nos remete a ideia de que o trabalho com os jogos na educação proporciona aos educandos um olhar de curiosidade e interação. Para o autor, as atividades lúdicas devem ser inseridas nessa modalidade de formação, pois proporcionam possibilidades atraentes. Sendo assim, cabe ao educador da educação de jovens e adultos inserir em suas metodologias de trabalho atividades lúdicas e que visem, sobretudo, a interação como forma de percepção psíquica e social, a fim de estimular os educandos à autonomia.

Por meio dessa pesquisa e a partir das ideias de Ferreira (2009) evidencia-se que a ludicidade pode favorecer aos educadores uma série de “ferramentas” pedagógicas àqueles que se preocupam com o processo de ensino-aprendizagem na educação de jovens e adultos e que reconhecem que a evolução da leitura e da escrita, tendência natural, expressiva e criativa do aluno, pode ser facilitada pelo educador por meio de atividades lúdicas como apoio ao processo de aquisição da linguagem escrita e falada.

Além do mais, é perceptível que as atividades lúdicas e diversificadas possibilitam ao educando facilitar tanto o progresso de sua personalidade integral, como o progresso de cada uma de suas funções psicológicas, intelectuais e morais. Sendo assim, a ludicidade tem a possibilidade de ser mais bem canalizada pelo educando da EJA e a escola é um dos locais para o desenvolvimento das atividades lúdicas, proporcionando benefícios aos educandos e vivências prazerosas, contribuindo para a permanência dos estudantes na escola por meio de metodologias e práticas de ensino mais dinâmicas e contextualizadas.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA REALIZADA

4.1 TIPO DE INVESTIGAÇÃO

Para alcançar o objetivo proposto nessa investigação, buscou-se realizar um estudo descritivo e exploratório, de natureza bibliográfica, e uma pesquisa de campo sobre o tema, numa escola de Baixo Guandu, no estado do Espírito Santo.

De acordo com Andrade (2006) uma pesquisa bibliográfica é aquela cuja finalidade é a de colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu a respeito de um tema de pesquisa. A pesquisa bibliográfica requer conhecimento de termos técnicos e sinônimos. É imprescindível para qualquer pesquisa científica registrar e organizar os dados referentes aos documentos obtidos e empregados na pesquisa. Tem o objetivo de “desvendar”, recolher e analisar as principais contribuições sobre um determinado fato, assunto ou ideia apresentadas em publicações.

Opta-se por trabalhar periódicos relacionados a temas publicados no Brasil pelo fato de os mesmos permitirem uma análise da produção dos pesquisadores brasileiros sobre o tema em estudo.

Assim, a seleção do material pesquisado foi realizada a partir de buscas na Biblioteca Virtual em Educação, tendo como base de dados SCIELO e outros. SCIELO – Scientific Electronic Library Online é um projeto consolidado de publicação eletrônica de periódicos científicos seguindo o modelo de Open Access, que disponibiliza de modo gratuito, na internet, os textos completos dos artigos de mais de 290 revistas científicas do Brasil, Chile, Cuba, Espanha, Venezuela e outros países.

O levantamento bibliográfico realizado teve como objetivo colocar a pesquisadora em contato com a literatura científica, aprimorando os conhecimentos adquiridos outrora, além de explorar novos conceitos sobre o tema em estudo.

Nesse contexto, a pesquisa bibliográfica foi elaborada através da leitura, interpretação e análise textual. Foram consideradas as publicações de diversos

autores e legislações relacionadas à EJA.

Outros aspectos metodológicos da pesquisa seguem abaixo.

Amostra: Professores e alunos da escola escolhida para o estudo.

Métodos e materiais: Questionários em um universo de 240 alunos, distribuídos em 180 no ensino médio e 60 no ensino fundamental. Os estudantes serão convidados a participar, assim como 15 professores que ministram aulas nessa modalidade de ensino.

Aspectos éticos: A liberdade de participar ou não da pesquisa, tendo assegurado essa liberdade sem quaisquer tipos de represálias, podendo retirar o consentimento em qualquer etapa do estudo, sem nenhum tipo de penalização ou prejuízo.

A segurança de que não será identificado e que se manterá o caráter confidencial das informações relacionadas com a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização.

A liberdade de acesso aos dados do estudo em qualquer etapa da pesquisa.

A segurança de acesso aos resultados da pesquisa.

Sendo assim, este estudo configurou-se como uma pesquisa descritivo-bibliográfica que, segundo Gil (1988, p.123), "tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis". Nesse tipo de pesquisa as ideias são relatadas, levantando possibilidades de explicar essas relações.

Trata-se também de uma pesquisa quantitativa. A escolha por esse tipo de investigação deve-se ao fato dela descrever significados que são considerados como inerentes aos objetos e atos, por isso é definida como objetiva, tendo como característica permitir uma abordagem focalizada, pontual e estruturada, utilizando-se de dados quantitativos. A coleta de dados quantitativos se realiza através da

obtenção de respostas estruturadas e, ainda, as técnicas são exploratórias, ou seja, estimulam os entrevistados a pensarem livremente sobre o tema proposto.

Para Thiollent (1986), a escolha pela pesquisa quantitativa é relevante pelo fato dela possibilitar o trabalho com amostras menores de entrevistados, garantindo mesmo assim a precisão nos resultados finais, que serão projetados para a população pesquisada.

A pesquisa apresenta ainda um caráter qualitativo, pois se preocupa com um nível de realidade que não pode ser apenas quantificado. Ou seja, “ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos” (MINAYO, 1994, p. 21-22).

Trata-se, portanto, de uma pesquisa quali-quantitativa em que tais aspectos se complementam, pois “a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO, 1994, p. 22).

4.2 SUJEITOS DA INVESTIGAÇÃO E CAMPO DA PESQUISA: CONTEXTUALIZANDO O ESTUDO

Em meio a uma pesquisa que realiza estudo de campo torna-se fundamental apresentar onde será desenvolvida e, com base nessa premissa, descreve-se um pouco da localidade onde o estudo será realizado, ou seja, o Espírito Santo, como se observa na figura a seguir:



Figura 03: Localização do Estado do Espírito Santo no mapa do Brasil
Fonte: Google imagens

E nesse estado, escolhe-se a cidade de Baixo Guandu para desenvolver a pesquisa. Vale salientar que Baixo Guandu é um município brasileiro localizado no interior do estado do Espírito Santo, Região Sudeste do país. Pertence à Mesorregião do Noroeste Espírito-Santense e à Microrregião de Colatina e localiza-se a oeste da capital do Estado, distando desta cerca de 180 km. Ocupa uma área de 917,07 km², sendo que 6,48 km² estão em perímetro urbano, e sua população foi estimada em 31.467 habitantes, em 2015. A sede tem uma temperatura média anual de 23,8 °C e na vegetação original do município predomina a Mata Atlântica. Com 77% da população vivendo na zona urbana, a cidade contava, em 2015, com 20 estabelecimentos de saúde. O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,702, considerando-se como alto em relação ao estado.

A região começou a ser desbravada no final do século XVIII, porém foi somente na segunda metade do século XIX que ocorreu de fato o povoamento da localidade, em decorrência dos constantes conflitos com os “índios botocudos”. Na década de 1870, sob incentivo de José Vieira de Carvalho, vieram para as terras guanduenses os fluminenses do município de Cantagalo, que fundaram colônias onde cultivavam cereais, cana de açúcar e café. Pouco tempo depois vieram imigrantes, em sua maioria italianos, que também colaboraram no desenvolvimento das culturas

agrícolas. Em decorrência do crescimento econômico e social, em 1915, cria-se o distrito de Baixo Guandu, subordinado a Colatina, que veio a ser emancipado no ano de 1935. O mapa da cidade apresenta-se na figura a seguir:

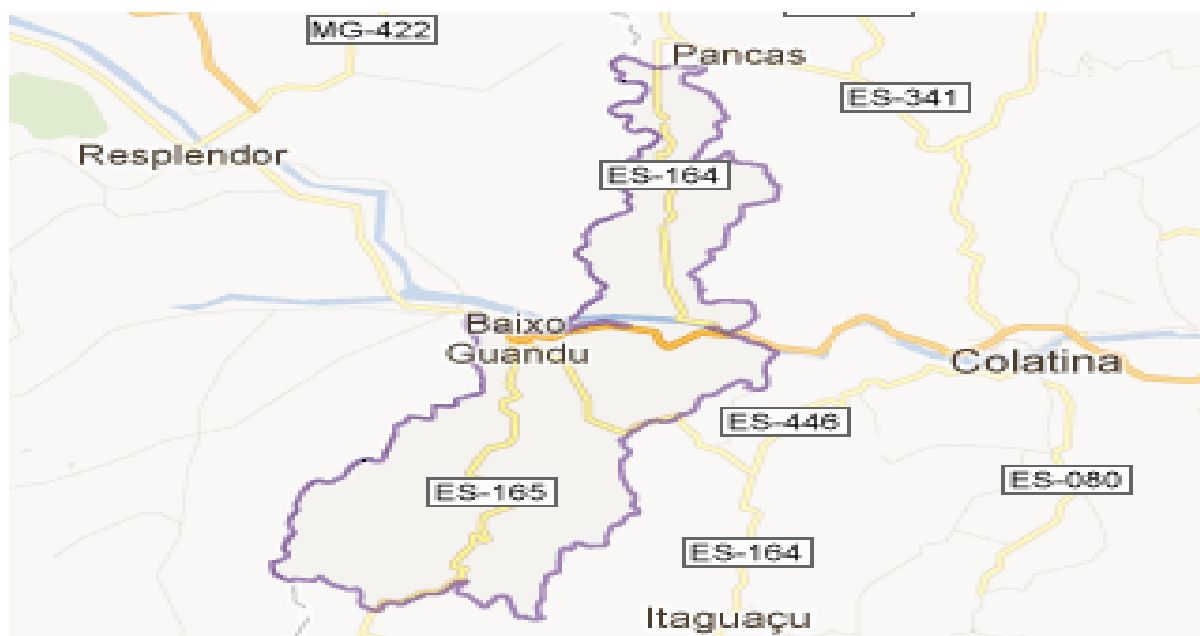


Figura 04: Localização da cidade de Baixo Guandu no Estado do Espírito Santo
Fonte: Google imagens

No contexto dessa cidade foi escolhida a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Doutor Jones dos Santos Neves”, que atende dois níveis de ensino da Educação Básica, Ensino Fundamental e Ensino Médio, assim como a modalidade de educação de jovens e adultos (supletivo) nos mesmos níveis de ensino.

A EEEFM “DR JONES DOS SANTOS NEVES” está localizada à Rua Antônio Sampaio, nº 1.423 – Sapucaia, Baixo Guandu – ES. Ela é mantida pelo Governo do Estado do Espírito Santo. Alguns dados importantes sobre a sua criação apresentamos a seguir.

Criada em 09/04/1976, Portaria 738-E (PADE nº 91/76), Aprovação Res. nº 27/86 de 09/05/86.
Em 1978 é implantado o Curso de Suplência Fase II; em 1998 é implantado o Curso de Suplência Fase III - Ensino Médio Noturno.
Criação Ensino Médio Port. 220-R de 27/10/2006. Aprovação - Resolução CEE nº 2.193/2010 publicado no D.O de 12 de maio de 2010.
Educação de Tempo Integral – Implementação em janeiro de 2014.

De acordo com o histórico pesquisado, a Escola entrou em funcionamento interno em agosto de 1975. Inaugurada em 10/04/1976, pelo então Governador Élcio Álvares. O nome da escola foi dado em homenagem ao Ex-Governador Dr. Jones dos Santos Neves.



Foto 01: EEFM “Dr. Jones dos Santos Neves”

Fonte: Proposta pedagógica da Escola

Segundo depoimentos, a escola, arquitetada em estilo europeu, foi um marco na sociedade guanduense pela qualidade do ensino que era baseado em aulas práticas. As salas ambientes possuíam modernos equipamentos e tecnologias avançadas para a época de sua inauguração. O laboratório de Ciências era cobijado e muito visitado por contar até mesmo com um feto humano que despertava curiosidades.

Construídas no período da Ditadura Militar no Brasil, após a assinatura dos acordos MEC/USAID/PREMEM, por meio dos quais foram disponibilizados recursos financeiros oriundos dos Estados Unidos, destinados à educação brasileira, esse modelo de escola ganhou destaque de importância no contexto político, social, econômico e educacional da época, pautado na concepção de educação que incluía, entre outras disciplinas, as práticas agrícola, industrial, comercial e educação para o lar.

As pesquisas revelam a criação dessas escolas em algumas partes do país como sendo "centros de excelência e escolas-modelo a fim de preparar os jovens para uma vida profissional, suprimindo, assim, a sociedade em seu desenvolvimento industrial, de mão-de-obra qualificada". Outra característica dessa escola era a formação vocacional, isto é, cada região do país teria disciplinas de acordo com a realidade local (conforme informações constantes no documento /proposta pedagógica da escola).

A primeira diretora foi a professora Neuza Maria Pôncio S. Iglesias. Atualmente a Escola Dr. Jones é dirigida pela professora Márcia Helena Rabbi Oliveira.

Entre os fatos marcantes, destacam-se: a criação do Ensino Médio pela Portaria 220-R de 27/10/2006, por intensa reivindicação da comunidade local e sua aprovação pelo Conselho Estadual de Educação- Resolução CEE nº 2.193/2010, publicado no D.O de 12 de maio de 2010. Assinatura da ordem de serviço para a reforma da escola, em abril de 2011. Eleição do Conselho de Escola, no início de 2012. Eleições para diretor, no início e final de 2012. As premiações em programas e projetos no final de 2014, como a representação da aluna Juliana Prudêncio de Souza, coordenada pela professora Verônica Martinelli Fernandes Andreatta, no Programa Jovem Senador 2014 e o 1º lugar no Prêmio SEDU Boas Práticas na Educação, categoria "O Pedagogo no Cotidiano Escolar", com o projeto de autoria da pedagoga Lenira Barbosa Zandomênic, "A Escola como Espaço de Formação Continuada – aconteceu na Dr. Jones".

Com base na Constituição Federal e Estadual, na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA (resolução do CNE/CEB nº 01/2000), a Escola Dr. Jones objetiva proporcionar aos alunos condições necessárias ao seu desenvolvimento pessoal, baseando todas as ações nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, valorizando a experiência extraescolar vinculada à educação escolar, ao trabalho e às práticas sociais, visando seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Busca proporcionar uma educação de qualidade, capaz de garantir a igualdade de condições para o acesso e permanência dos alunos, num processo

cooperativo de formação de indivíduos plenos e aptos a construir a sua própria autonomia e cidadania, reconhecendo-se como seres únicos, mas também coletivos.

Dessa maneira é que se pretende:

- ✓ proporcionar uma educação de qualidade através de um trabalho de parceria entre pais, alunos e profissionais da educação;
- ✓ elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica ;
- ✓ oportunizar a liberdade de expressão, garantindo a autonomia com responsabilidade diante dos fatos cotidianos;
- ✓ tornar o educando consciente, participativo e condutor de ideias capazes de surtir um efeito prático diante do desenvolvimento sustentável;
- ✓ adotar estratégias de ensino diversificadas, inovadoras e criativas;
- ✓ desenvolver princípios de valores e ética, propiciando o respeito mútuo e a solidariedade, dentro de um ambiente de interação;
- ✓ trabalhar visando a redução da evasão escolar.

A oferta da modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA –, nas etapas fundamental e médio, tem por objetivos:

- assegurar o direito à escolarização àquele que não teve acesso ou continuidade de estudo na idade própria;
- garantir a igualdade de condição para o acesso e a permanência na unidade de ensino;
- ofertar educação igualitária e de qualidade, numa perspectiva processual e formativa;
- assegurar oportunidade educacional apropriada, considerando as características do educando, seu interesse, condição de vida e de trabalho;
- respeitar o ritmo próprio de cada educando no processo ensino-aprendizagem.

A EEEFM “Dr. Jones dos Santos Neves” conta com uma estrutura organizacional formada pela diretora, um pedagogo por turno, um coordenador por turno, além da representação do conselho de escola; conselho de classe e corpo docente. Apresenta organização com serviços de secretaria escolar. A normatização de cada um destes componentes estruturais da ação da escola encontra-se no Regimento Comum das Escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo e

deverão ser consultados pelos responsáveis na aplicação de forma objetiva para orientação, tomadas de decisões e soluções de problemas inerentes ao trabalho desenvolvido pela escola.

A Escola Dr. Jones, como é costumeiramente chamada, está localizada na região periférica da sede do município de Baixo Guandu e possui boa estrutura física. Prédio de um pavimento em alvenaria, separado por blocos e amplo espaço interno e externo. Um dos blocos comporta dez salas de aula; ampla sala de professores com pátio interno e equipada com cinco computadores com internet; a coordenação com o terminal de videomonitoramento; sala de pedagogos equipada com um computador com internet; sala de livros e outros materiais; sala de planejamento e materiais pedagógicos; um anexo onde já funcionou a cantina, hoje, uma espécie de cozinha de apoio.

Outro bloco, comporta a secretaria equipada com ar condicionado e computadores com internet, impressoras, uma máquina copiadora e terminal de videomonitoramento; sala de arquivo; sala de diretor equipada com ar condicionado, um computador com internet e impressora; sala da vigilância; duas salas pequenas servindo de almoxarifado/depósito; sala de equipamentos eletrônicos, base da Rádio Escolar equipada com computador e aparelhos necessários; Laboratório de Ciências utilizado em todos os horários pelos professores do Ensino Fundamental e Médio das disciplinas de Física, Química e Biologia. Após mudanças, no final de 2013, passa para este bloco, também, a biblioteca, equipada com um computador, um acervo de coleções bem antigas e livros novos adquiridos recentemente, sala de leitura e sala de pesquisa equipada com computadores com internet.

No terceiro bloco funcionam o Laboratório de Informática Educativa; Auditório equipado com data show, uma TV tela plana com entrada para pen drive, um DVD, além do mobiliário, mesas e cadeiras. Este bloco é cortado por um portão eletrônico que dá acesso ao espaço interior da escola, entrada e saída dos alunos e funcionários. Ainda como parte deste bloco, temos a cozinha ampla, arejada e bem equipada; refeitório com mesas e bancos de alvenaria; sala de apoio das Auxiliares de Serviços Gerais com um banheiro.

O quarto bloco, comporta a sala de AEE (sala de recursos voltada para atendimento educacional aos estudantes com necessidades especiais) equipada com dois computadores com internet; salas ambientes (Educação Física, Arte e Violões). Neste bloco estão também os banheiros e vestiários masculino e feminino em lados opostos.

O prédio, que passou por ampla reforma em 2011, continua em constantes adequações para atender os princípios da acessibilidade. Atualmente está sendo construída numa parte do pátio externo, ao lado da quadra antiga, uma quadra coberta para atividades esportivo-pedagógicas, bem como apresentações culturais. Trata-se de uma obra muito aguardada por toda comunidade escolar. Construída com recursos financeiros da SEDU, sendo contratante o IOPES e contratada a DUAL Engenharia LTDA.

Em 2014 a escola passa a ser contemplada pelo “Programa Escola de Tempo Integral”, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação que abrange dezessete escolas da Rede Estadual, funcionando com duas turmas de Ensino Fundamental e duas turmas de Ensino Médio vinculadas ao programa.

A EEEFM Dr. Jones dos Santos Neves – Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA – funciona em três turnos, com aproximadamente 600 alunos matriculados, sendo 276 no matutino, 180 no vespertino (sendo que desses, 112 alunos são atendidos na Educação de Tempo Integral) e 240 no noturno. Trata-se de uma clientela com características bem diversificadas de acordo com o turno.

A maior parte dos alunos do turno matutino é do próprio bairro ou vem dos bairros vizinhos: Rosário I e II, São Vicente, Alto Guandu, Mauá, de nível socioeconômico baixo, a maioria demonstra carência de afetividade e desestrutura familiar. Filhos de profissionais liberais, funcionários públicos, pequenos empresários, empregadas domésticas, empregados do setor comercial, suas idades variam entre 10 e 17 anos. Parte significativa das mães são as gestoras do lar e passam parte do dia fora de casa trabalhando. No período da colheita de café (entre final de maio e início de agosto) muitos pais e mães desempregados aproveitam esta como atividade remunerada. O transporte busca esses trabalhadores no próprio bairro, ônibus

sucateados que saem de madrugada só retornando à noite, pois as propriedades rurais ficam distante da sede. Nesse caso a ausência de relação familiar predomina nessa parcela dos estudantes. A maioria mora com os pais, mas há significativa parcela que mora com os avós. Sempre que é solicitada a presença dos pais estes se fazem presentes. A maioria dos alunos se locomove de bicicleta, muitos a pé, e em raros casos são trazidos pelos pais de automóvel. É observável o acesso aos meios de comunicação digital para lazer e pesquisas, poucos são os alunos que não acessam a internet pelo celular o que acarreta um embate pelo fato do uso do celular ser proibido nas escolas estaduais, conforme regimento próprio.

A maioria dos alunos do turno vespertino vem dos bairros vizinhos: Rosário I e II, São Vicente, Alto Guandu, de nível socioeconômico baixo, demonstram carência de afetividade e desestrutura familiar. As idades variam entre 10 e 15 anos. Pelo menos cinco alunos são assistidos pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), com uma cuidadora contratada pela SEDU.

Os alunos atendidos pelo Programa de Educação de Tempo Integral frequentam as turmas do 6º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e 1ª série do Ensino Médio. Os mesmos são alunos de baixo nível socioeconômico e moram nos bairros ao redor da escola. A maioria vem para a escola a pé e alguns de bicicleta. Assim como os alunos do turno regular, a maioria possui acesso aos meios de comunicação modernos (celulares) e fazem constante uso destes.

Na EJA a realidade difere um pouco. A maior parte dos alunos vem de bairros distantes, Santa Mônica, Valparaíso, São Pedro, Vila Kennedy, Centro e de distritos próximos à sede (Mascarenhas e Km 14). O transporte escolar beneficia os alunos que residem nos distritos e serve de apoio aos que residem nesses bairros mais distantes. Muitos se deslocam de carros, motos, bicicletas e a pé.

Os alunos moradores dos bairros próximos à escola, Alto Guandu, Rosário I e Rosário II, que representam também um contingente significativo, continuam enfrentando situação de violência. A violência nesse entorno da escola cresceu muito nos últimos anos e tem contribuído significativamente para o aumento do número do abandono não só na EJA, mas em todas as modalidades. As “alunas

mães” que querem ou necessitam estudar ficam inseguras e temerosas, faltam frequentemente e em muitos casos abandonam os estudos. Jovens e adultos que trabalham durante o dia, querem estudar, mas a insegurança ao retornar para suas casas, depois das vinte e duas horas, é grande, muitos já deixaram de vir à escola por esse motivo.

Os bairros foram tomados pelo tráfico de drogas, o número de homicídios é grande. As notícias que nos chegam dão conta de que muitos ex-alunos da escola estão a serviço do tráfico, até o “toque de recolher” costuma acontecer. A partir do final de 2013 a violência começa a dar sinais de queda e desde o ano 2014, com programas sociais sendo desenvolvidos, ações policiais mais efetivas nos bairros violentos, os alunos começam a frequentar com mais normalidade.

Visando o aumento nos números de alunos atendidos pela escola, principalmente na EJA, é feita uma divulgação à parte, além daquela que a rede estadual faz. A escola conta com o apoio das emissoras de rádio da região, motos de propaganda e redes sociais, mas a melhor divulgação é aquela feita pelos próprios alunos e funcionários, o que tem surtido efeito.

Assim, a escola lida com vários tipos de problemas pessoais, familiares e sociais, como indisciplina, drogas, falta de interesse pelos estudos, falta de compromisso com as atividades escolares, alunos faltosos, abandono, fatores que interferem direta ou indiretamente nos resultados do baixo desempenho e evasão. São problemas que afetam todos os turnos da escola. Como ação para enfrentar esse abandono ou tentar resgatar os alunos aos estudos, adotou-se a postura de entrar em contato por telefone, pedir aos colegas que comuniquem a preocupação da equipe escolar, procurar pessoalmente os responsáveis e registrar as causas, comunicar ao conselho tutelar, no caso de alunos menores². Outra ação é a de comunicação ao Batalhão da Polícia Militar (BPM) e pedir segurança para os alunos nos horários de saída, foi um pedido conjunto de todas as escolas que tem aulas no turno noturno no município.

² São considerados “menores de idade” aqueles alunos que ainda não completaram 18 anos.

O fazer pedagógico tem como foco a promoção da aprendizagem e visa priorizar a formação integral do aluno, sabendo que isso será possível se considerados os conhecimentos adquiridos das experiências extraescolares, proporcionando assim uma educação de qualidade que atenda às reais necessidades do educando. Assim, a escola busca se tornar um espaço de ensino-aprendizagem e vivência de valores por compreender que em tempos de crise de valores e dificuldades socioeconômicas os esforços devem estar direcionados no sentido da valorização do indivíduo, da formação de valores éticos e do desenvolvimento da autoestima do aluno, pois é na escola que pessoas se socializam e experimentam a convivência com a diversidade humana. Um ambiente educativo que cultiva o respeito, a alegria, a amizade, a solidariedade, a disciplina, o combate à discriminação e o exercício dos direitos e deveres poderá auxiliar no desenvolvimento e fortalecimento da noção de cidadania e de igualdade entre todos.

Vale destacar ainda que sua estrutura é composta de 13 salas de aulas utilizadas e 75 funcionários.

Com base nessas informações, os sujeitos da pesquisa serão os alunos da educação de jovens e adultos dessa instituição, que totalizam 240 estudantes, distribuídos em faixa etária e séries diferentes, bem como os 11 professores que ministram as aulas para esses alunos, e por fim, a equipe pedagógica que é composta pelo coordenador de turno, pedagogo e diretor escolar.

A pesquisa, de natureza quantitativa, tem como objetivo o levantamento de dados, por isso a amostra foi constituída por indivíduos em idades que variam entre 18 e 60 anos e totalizam cerca de 240 alunos distribuídos em 180 no ensino médio e 60 no ensino fundamental, na modalidade da educação de jovens e adultos. Os professores também foram escolhidos de forma aleatória. Dos 15 professores atuantes nessa modalidade de ensino participaram 10.

Para a seleção dos participantes foi escolhido um método simples, usando o critério do aluno pertencer à educação de jovens e adultos, na faixa etária acima descrita, e os professores que ministram aulas nessa modalidade de ensino.

Por meio da pesquisa com esses sujeitos pretende-se saber como a evasão escolar contribui para o insucesso escolar na educação de jovens e adultos no Município de Baixo Guandu-ES.

4.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Durante a realização da coleta de informações são feitas análises qualitativas e quantitativas referentes à temática pesquisada.

As análises são realizadas com base nos questionários aplicados aos sujeitos pesquisados na instituição/campo de pesquisa, no município de Baixo Guandu– ES. Os questionários tratam da evasão de jovens e adultos e as dificuldades encontradas na/pela escola nesse processo.

Para fazer a análise quantitativa foram utilizados questionários com perguntas “fechadas”, pois segundo Fachin (2003, p. 156), o questionário “é um modelo ou documento em que há uma série de questões, cujas respostas devem ser preenchidas pessoalmente pelos informantes”.

O questionário apresenta uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, e deve ser objetivo, limitado em extensão e estar acompanhado de instruções, que devem esclarecer o propósito de sua aplicação, ressaltar a importância da colaboração do informante e facilitar o preenchimento.

O critério usado para a escolha desse instrumento de coleta de dados baseia-se nas suas principais vantagens: conhecimento direto da realidade, economia e rapidez e possibilidade de quantificação.

Além do mais, por meio da pesquisa utilizando os questionários, pode-se alcançar os objetivos propostos, pois os mesmos trazem perguntas ligadas a eles, a fim de entender a realidade pesquisada com total rigor científico necessário para uma dissertação.

Marconi & Lakatos (1996, p. 88) definem o questionário estruturado como uma “[...] série ordenada de perguntas, respondidas por escrito sem a presença do pesquisador”. Dentre as vantagens do questionário fechado, destacam-se as seguintes: permite alcançar um maior número de pessoas; é mais econômico; a padronização das questões possibilita uma interpretação mais uniforme dos respondentes, o que facilita a compilação, comparação das respostas escolhidas, além de assegurar o anonimato ao interrogado e apresentar um rigor científico que outros métodos não proporcionam.

Sendo assim, os questionários propostos nesse estudo foram construídos em blocos temáticos, obedecendo a uma ordem lógica na elaboração das perguntas, com redação das perguntas em linguagem compreensível aos informantes (conforme Apêndices).

Vale salientar também que durante o processo de investigação, ou seja, durante o tempo de imersão da pesquisadora na escola-campo, outros instrumentos de coleta de dados foram utilizados, tais como: observação do cotidiano da escola, produção de fotografias, leitura de documentos da instituição, etc. Tais procedimentos são valiosos para uma análise qualitativa dos dados, assim como para uma maior aproximação com os sujeitos da pesquisa, afinal o pesquisador vai a campo buscando “captar o fenômeno em estudo a partir das perspectivas das pessoas nele envolvidas” (GODOY, 1995, p. 21).

5 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A escrita desse capítulo se dá a partir da pesquisa de campo na escola em que foi desenvolvido o estudo. Os meses que foram utilizados para a “imersão” mais intensa na escola da pesquisa foram outubro a dezembro de 2017.

A EEEFM “Dr. Jones dos Santos Neves”, juntamente com toda a sua equipe, contribui muito para o bom andamento da pesquisa, pois os sujeitos mostraram-se comprometidos com o desenvolver da investigação, fato esse essencial para a qualidade do estudo realizado.



Foto 02: Alunos respondendo ao questionário

Fonte: Arquivo da pesquisadora

Ao responderem o questionário, os alunos tiveram dúvidas que puderam ser sanadas com a ajuda da pesquisadora que estava aplicando, sendo assim, todas as dificuldades foram esclarecedoras.

Após os alunos responderem aos questionários, foi a vez dos professores, que com muita dedicação auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa. Foi feito um momento dialógico, que muito contribuiu para a dissertação no momento de copilação dos dados.



Foto 03: Professores respondendo ao questionário

Fonte: Arquivo da pesquisadora

Os dados colhidos no questionário aplicado aos alunos apresentam-se no texto que segue, e muito contribuíram para o sucesso da pesquisa. Dando continuidade às análises, no mês de novembro, fui à escola colher os dados junto aos 240 alunos, sendo 180 do Ensino Médio e 60 do Ensino Fundamental. No início, eles estavam meio receosos, mas ao iniciar a conversa, perceberam que não se tratava de algo muito complexo e logo se dispuseram a contribuir de forma significativa e direta com a pesquisa. Fizem algumas perguntas e fomos respondendo com calma, e interagindo com eles ao mesmo tempo. Em seguida, distribuimos os questionários que foram xerocados. Eles tiveram 50 minutos para responder. Muitos responderam em menos de 20 minutos. Ao entregarem os questionários respondidos começamos o trabalho de análise dos dados que se apresentam a seguir.

Para um melhor entendimento do leitor, optamos por apresentar as respostas dos alunos em forma de tabela, para assim ilustrar de forma mais compreensível, levando em consideração o trabalho de investigação.

QUESTÃO	QUANTIDADE	RESPOSTAS
1 Para você o que leva os alunos a desistirem da sala de aula?	45	trabalho e escola
	31	falta de incentivo da família
	152	nível sociocultural
	12	práticas de ensino desenvolvidas na sala de aula.

Ao observar a primeira tabela, percebe-se que a maioria dos alunos apontou que o que faz os alunos desistirem da sala de aula é o nível sociocultural. O que nos leva a pensar em relação a esse fato que o nível social em que o aluno está inserido tem relação direta com o abandono escolar, gerando assim, o fracasso do ensino em nossas escolas. Logo em seguida, foi apontado o fato deles conciliarem trabalho e escola. Outro ponto tocante que ocupa o terceiro lugar nas respostas, deve-se ao fato da falta de incentivo por parte da família. E, por fim, as práticas de ensino desenvolvidas na sala de aula. Nesse sentido, com base nas respostas coletadas e analisadas, conclui-se que para os alunos da pesquisa a prática pedagógica não é o principal fator que desmotiva esses estudantes, deixando assim, a problemática mais no campo social.

Dando sequência ao estudo, apresenta-se os seguintes dados abaixo:

QUESTÃO	QUANTIDADE	RESPOSTAS
2 Quais os principais recursos que os professores que trabalham na modalidade de educação voltada para jovens e adultos utilizam na sala de aula?	198	livro didático
	32	datashow
	00	jornais e revistas
	10	sala de informática

Pelo que se observa nos dados apresentados na tabela 02, pode-se dizer que o ensino voltado para os recursos tecnológicos, se apresenta com pouca frequência nas salas de aula, em que os alunos pesquisados frequentam, e ainda existe uma pequena parcela que desconhece por inteiro aulas que usam esses recursos para auxiliar o aluno na aprendizagem, totalizando apenas 10 alunos em um estudo que contempla 240.

E a maioria dos alunos afirma que boa parte dos professores usa o livro didático como um recurso base do ensino. Apenas 32 alunos de 240 afirmam que os professores usam datashow, o que mostra que os professores ainda utilizam pouco esse recurso.

Nesse sentido, observa-se a necessidade de mudança de postura pedagógica, mesmo que na primeira pergunta, os alunos apontaram que as práticas pedagógicas não são motivos de desmotivação para eles, sinalizando possivelmente não entendem o valor que esses recursos podem ter na sua aprendizagem. Outro item importante a ressaltar, deve-se ao fato de que os professores, mesmo em tempo da era digital, não estão proporcionando uma aprendizagem contextualizada com a sociedade que emerge.

Para uma melhor análise, seguimos para a próxima pergunta, em que apresenta outro tópico importante para ser analisado nesse estudo.

QUESTÃO	QUANTIDADE	RESPOSTAS
3 Na sua opinião, o que poderia ser feito para diminuir a evasão escolar na modalidade de educação de jovens e adultos?	210	um ensino voltado para áreas técnicas
	00	parceria entre família e escola
	25	conteúdos mais significativos para o seu dia-a-dia
	05	mudanças nas práticas de ensino desenvolvidas em sala de aula

O que ficou perceptível ao analisar a tabela 03, é o fato de que alunos que cursam a EJA preferem mais um ensino voltado para áreas técnicas. Isso pode estar relacionado ao fato de que um ensino profissionalizante proporciona um mercado mais amplo para a carreira dos educandos. Alguns alunos, ainda apontaram que para diminuir a evasão escolar na modalidade de educação de jovens e adultos precisa-se conteúdos mais significativos para o seu dia-a-dia e, uma pequena parcela de 05 alunos disseram que se faz necessário mudanças nas práticas de ensino desenvolvidas em sala de aula.

Dando sequência, a pergunta número 04 ilustra de forma clara e objetiva o que o ensino com recursos tecnológicos podem lhe proporcionar.

QUESTÃO	QUANTIDADE	RESPOSTAS
4 Para você qual o principal obstáculo em cursar a educação de jovens e adultos?	240	cansado por ter trabalhado durante o dia todo
	00	a falta de aulas inovadoras por parte dos professores
	00	acesso a escola
	00	dificuldade em aprender os conteúdos ministrados nas aulas.

Ao ver as respostas apresentadas na tabela acima, percebe-se que 100% dos alunos afirmaram que o principal obstáculo em cursar a educação de jovens e adultos deve-se ao fato do cansaço por ter trabalhado durante o dia todo. Ou seja, é uma situação comum em nosso país, e que vem perdurando durante décadas em nossa sociedade.

A questão número 05 traz mais uma breve análise dos questionamentos levantados aos alunos.

QUESTÃO	QUANTIDADE	RESPOSTAS
5 Existe incentivo por parte das políticas públicas para você continuar a estudar nessa modalidade de ensino? Caso haja, aponte-as.	240	não
	00	sim

Pode-se inferir que os alunos, em sua totalidade, disseram que não existe incentivo por parte das políticas públicas para continuarem a estudar nessa modalidade de ensino, mostrando que se faz necessário a mudança nas formas de políticas concretizadas por parte do contexto público. Também não houve apontamentos escritos pelos alunos.

A questão 06 dá continuidade à apresentação dos dados.

QUESTÃO	QUANTIDADE	RESPOSTAS
6 Por ser uma modalidade destinada a alunos com defasagem de idade escolar, os conteúdos são adaptados a realidade de vocês?	00	sim
	00	são
	240	às vezes

Ao visualizar os dados tabulados sobre a pergunta acima, pode-se afirmar que os conteúdos “às vezes” são adaptados à realidade dos alunos, deixando assim, uma lacuna entre o que tanto se prega nas formações de professores na atualidade, e o que realmente se concretiza na prática.

Já a pergunta 07 traz outros dados relevantes.

QUESTÃO	QUANTIDADE	RESPOSTAS
7 Você acha que seria mais interessante se os professores usassem práticas inovadoras, ou seja, outros tipos de atividades?	240	sim
	00	não
	00	às vezes
	00	pelo menos amenizar

Levando em consideração os dados coletados, foi notório concluir que 100% dos entrevistados afirmaram que seria interessante a utilização de práticas inovadoras. Ou seja, outros tipos de atividades poderiam contribuir com a diminuição da evasão e, conseguinte, mudar o cenário da educação de jovens e adultos com o uso de metodologias de ensino mais significativas.

A oitava pergunta, foi tabulada e apresentada abaixo, conforme se observa.

QUESTÃO	QUANTIDADE	RESPOSTAS
8 Qual principal mudança você acha que deveria ocorrer nessa modalidade de ensino para que se tornasse mais atraente e significativa para vocês, e assim, diminuisse a evasão?	00	aulas mais dinâmicas
	205	conteúdos voltados para a nossa realidade
	35	trabalho mais diversificado por parte da escola
	00	não existe nada que pode ser feito

É perceptível que na opinião dos alunos o maior uso de conteúdos voltados para as suas realidades diminuiria a evasão escolar, seguido de um trabalho mais diversificados por parte da escola. É notável que a evasão ainda se apresenta como um gargalo na educação. Sendo assim, faz-se necessário buscar alternativas viáveis em busca de amenizar esse cenário.

A questão 09 vem sintetizar um tópico bastante relevante. Observe:

QUESTÃO	QUANTIDADE	RESPOSTAS
9 O que gerou esse atraso em sua vida escolar?	191	necessidade de trabalhar para ajudar em casa
	19	não gostava de estudar
	30	não tive oportunidade de estudar, pois morava longe da escola
	00	meus pais não deixavam eu estudar

Ao olhar os dados tabulados, pode-se dizer que a maioria dos alunos teve atraso na vida escolar devido à necessidade de trabalhar, seguido do fato de que alguns não tiveram oportunidade de estudar, pois moravam longe da escola. Uma pequena parcela pelo fato de não gostarem de estudar. Sendo assim, percebe-se que os fatores que deixaram esses alunos fora da sala de aula são diversos e cada um precisa de uma intervenção por parte das políticas públicas para, assim, mudar esse contexto educacional. Não houve registro de outros fatores que poderiam ter gerado esse atraso por parte dos estudantes.

A questão de número 10 mostra mais uma sistematização dos dados.

QUESTÃO	QUANTIDADE	RESPOSTAS
10 Dentro das diversas mudanças na sociedade, qual o grau de importância você dá para os estudos?	00	10%
	00	40%
	39	70%
	201	100%

A última pergunta buscava saber, dentro das diversas mudanças na sociedade, qual o grau de importância que os alunos davam para os estudos. Ficou evidente que a maioria dá 100% de prioridade nos estudos na atualidade, seguido de um pequeno percentual que atinge apenas 70%.

Para finalizar esse estudo, apresenta-se os dados compilados a partir dos questionários destinados aos professores. Os mesmos foram aplicados no início de fevereiro de 2018, num momento descontraído e baseado em conversas formais

sobre o tema. Sendo assim, ficou evidente que eles participaram de boa vontade. Estavam previstos 15 professores, sendo que apenas 10 compareceram.

Apresentamos os dados obtidos junto aos professores em porcentagem.

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES	
1 A escola desenvolve algumas atividades que visam amenizar a evasão escolar na educação de jovens e adultos?	Porcentagem
() às vezes	100%
() sim	0%
() não	0%
() não existe evasão escolar	0%
2 A escola ou a rede de ensino oportuniza capacitação para os profissionais que trabalham na modalidade de educação voltada para jovens e adultos?	
() não	100%
() sim	0%
() às vezes	0%
() raramente	0%
3 Quais os principais recursos que os profissionais que trabalham na modalidade de educação voltada para jovens e adultos utilizam em sala de aula?	
() livro didático	40%
() datashow	10%
() jornais e revistas	20%
() sala de informática	30%
4 Na sua opinião, quais as principais causas que levam à evasão escolar na educação de jovens e adultos?	
() trabalho e escola	70%
() falta de incentivo da família	00%
() nível sociocultural	30%
() práticas de ensino desenvolvidas na sala de aula	0%
5 Para você o que poderia ser feito para diminuir a evasão escolar na modalidade de educação voltada para jovens e adultos?	
() um ensino voltado para áreas técnicas	100%

() parceria entre família e escola	0%
() parcerias com instituições, como assistência social e promotoria	0%
() mudanças nas práticas de ensino desenvolvidas na sala de aula	0%
6 Qual o principal obstáculo para trabalhar com a educação de jovens e adultos?	
() a quantidade de falta dos discentes	00%
() falta de perspectiva por parte dos alunos	30%
() nível sociocultural	0%
() dificuldade de aprendizagem dos alunos	70%
7 Existe incentivo por parte das políticas públicas para essa modalidade de ensino? Caso haja, aponte-as.	
() não	100%
() sim	0%
8 Qual a porcentagem de evasão escolar, em média, se tem por turmas nessa modalidade de ensino?	
() 10%	0%
() 40%	100%
() 60%	0%
() 80%	0%
9 Por ser uma modalidade que vivencia o horário noturno e com alunos com defasagem escolar, existe indisciplina na escola?	
() sim	20%
() não	10%
() às vezes	70%
10 Por meio de práticas inovadoras seria possível diminuir a evasão e, por conseguinte, mudar o cenário da educação de jovens e adultos?	
() sim	0%
() são	0%
() às vezes	0%
() pelo menos amenizar	100%
11 Quais as dificuldades de se trabalhar com alunos do turno noturno?	
() evasão	0%
() falta de um currículo diferenciado, focado na realidade dos educandos	80%

<input type="checkbox"/> capacitação na área	20%
<input type="checkbox"/> drogas	0%
12 Quais metodologias de ensino são usadas, atualmente, nas aulas da EJA?	
<input type="checkbox"/> tradicionais	10%
<input type="checkbox"/> baseadas em atividades lúdicas	0%
<input type="checkbox"/> baseadas na realidade dos educandos	10%
<input type="checkbox"/> baseadas em aulas dialogadas	80%
13 Durante o seu processo de formação profissional participou de cursos/formações relacionadas a EJA?	
<input type="checkbox"/> sim	0%
<input type="checkbox"/> não	100%
14 Indique uma medida que poderia ser tomada pelos docentes e/ou equipe pedagógica da escola para minimizar a evasão escolar na EJA:	
<input type="checkbox"/> trabalhar com foco na realidade dos alunos	20%
<input type="checkbox"/> priorizar a tecnologia na sala de aula	0%
<input type="checkbox"/> inovar as aulas constantemente	0%
<input type="checkbox"/> mudanças no currículo	80%

Ao tabular os dados obtidos junto aos professores, torna-se viável dizer que os mesmos atuam diretamente na EJA. Sendo assim, podem mostrar de forma sintetizada os resultados para uma melhor avaliação da pesquisa.

A primeira pergunta buscava saber se a escola desenvolve algumas atividades que visam amenizar a evasão escolar na educação de jovens e adultos. Todos os professores responderam “às vezes”, o que mostra que ela não está totalmente inerte sobre essa modalidade de ensino.

Já a segunda pergunta, tinha como foco saber se a escola ou a rede de ensino oportuniza capacitação para os profissionais que trabalham na modalidade de educação voltada para jovens e adultos. Ao analisar as respostas, constatou-se que 100% dos entrevistados disseram que “não”. Sendo assim, embora a escola às vezes se preocupe em amenizar a evasão escolar, a Rede de Ensino, não capacita os profissionais a fim de proporcionar uma prática mais coerente com a realidade educacional dessa modalidade de ensino.

Dando sequência no estudo, apresenta-se a terceira pergunta que frisava saber quais os principais recursos que os profissionais que trabalham na modalidade de educação voltada para jovens e adultos utilizam na sala de aula. Evidenciou-se que 40% dos professores usam o livro didático como principal recurso, o que mostra que as práticas tradicionais ainda se encontram ancoradas no seio da sala de aula na EJA. Foi detectado, também, que 30% usam a sala de informática como um dos principais recursos. Sendo assim, uma pequena parcela recorre aos recursos tecnológicos para melhorarem suas aulas. Outra parcela de 20% usa jornais e revistas, para assim, ampliar o conhecimento dos educandos. Apenas 10% usa o datashow, sendo que esse instrumento poderia ser o mais usado, claro, de forma didática. Assim, conclui-se, com base nas respostas que ainda se faz necessário a mudança de postura na sala de aula por parte de alguns professores com foco em aulas mais inovadoras e recursos metodológicos mais condizentes com a realidade que emerge na sociedade atual.

A quarta pergunta vem trazer uma análise, com base na opinião dos professores, realçando as principais causas que levam a evasão escolar na educação de jovens e adultos. Ficou perceptível que os principais problemas são “trabalho e escola”, com 70% das respostas e 30% afirmaram que seria o nível sociocultural. Nesse sentido, vale frisar que esse último quesito também se entrelaça de forma direta com a realidade social, principalmente na EJA, pois alunos que precisam conciliar trabalho e estudo em alguns casos, vivenciam uma defasagem na vida escolar.

A quinta pergunta desejava saber o que poderia ser feito para diminuir a evasão escolar na modalidade de educação de jovens e adultos. Todos foram categóricos ao afirmar que um ensino voltado para áreas técnicas proporcionaria uma aprendizagem mais significativa nessa faixa etária.

Qual o principal obstáculo para trabalhar com a educação de jovens e adultos? Foi a sexta pergunta lançada e talvez a mais coerente com o que essa parte do estudo se propõe a analisar, pois trabalha de forma direta com a prática pedagógica dos professores. Analisando as respostas, percebeu-se que 70% apontaram a dificuldade de aprendizagem que os alunos possuem, sinalizando a necessidade de um ensino diferenciado para se trabalhar nessa modalidade de ensino. A outra

proporção chegou a 30%, afirmando ser a falta de perspectiva por parte dos alunos, mostrando que o ensino precisa ser algo que motive o educando e, assim, “quebre” a barreira entre o aprendente e o educador.

A sétima pergunta foi para investigar se existe incentivo por parte das políticas públicas para essa modalidade de ensino. Diagnosticou-se que 100% dos entrevistados disseram que “não”, fato esse que mostra o descrédito com essa modalidade intitulada EJA.

A oitava pergunta tinha como objetivo central saber qual a porcentagem de evasão escolar, em média, se apresenta por turmas nessa modalidade de ensino. Com base nos registros da escola, percebeu-se que 40 %, ou seja, quase a metade dos educandos.

A nona pergunta buscou saber se existe indisciplina na escola por ser uma modalidade vivenciada no horário noturno e para alunos com defasagem escolar. Surgiram ideias divergentes, visto que a temática indisciplina é muito subjetiva. Obtivemos a seguinte conclusão: 70% disseram “às vezes”; 20%, “sim”, e apenas 10% afirmaram que “não”.

A décima pergunta questionava se por meio de práticas inovadoras seria possível diminuir a evasão e, por conseguinte, mudar o cenário da educação de jovens e adultos. Para essa questão, 100% dos entrevistados afirmaram que, pelo menos, “amenizar” seria possível, demonstrando a importância das práticas inovadoras nessa modalidade de ensino.

A décima primeira, tinha como foco saber quais as dificuldades de se trabalhar com alunos do turno noturno. Evidenciou-se que a principal dificuldade se refere a falta de um currículo diferenciado, focado na realidade dos educandos e apenas 20% disseram ser a falta de capacitação na área.

A décima segunda questão indagava quais metodologias de ensino são usadas atualmente nas aulas da EJA. Os professores, em sua maioria, totalizando 80%, disseram se basear em aulas dialogadas, focando assim, na teoria de Paulo Freire;

10% disseram ser baseadas na realidade dos educandos e 10% em práticas tradicionais.

A décima terceira pergunta foi elaborada para mostrar se durante o processo de formação profissional aconteceram cursos/formações relacionadas à EJA. Todos afirmaram que não, demonstrando, assim, que a formação de professores não se preocupa com essa modalidade de ensino, enviando para o mercado profissionais despreparados para lidar com alunos da EJA.

A última pergunta buscava a indicação de uma medida que pudesse ser tomada pelos docentes e/ou equipe pedagógica da escola para minimizar a evasão escolar na EJA. Ficou evidente que 80% acredita nas mudanças no currículo, e 20% na necessidade de trabalhar com foco na realidade dos alunos.

Ao finalizar esse tópico discursivo, não se pretende esgotar o tema, mas ampliar os olhares sobre essa modalidade e, assim, propor medidas que possam minimizar os índices de evasão escolar nessa modalidade de ensino.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo apresentou como tema central a discussão da problemática da evasão escolar e as informações obtidas no decorrer do trabalho de pesquisa permitiram concluir que existem alguns pontos críticos na educação brasileira.

Assim, detectou-se que muitas são as causas que levam o adolescente/jovem a evadir-se do meio escolar. As desigualdades sociais, a má distribuição de renda, as deficiências no sistema educacional e as metodologias utilizadas pelos professores são alguns dos motivos que levam o aluno a deixar a escola para, então, trabalhar e ajudar no sustento familiar.

Ao finalizar esse estudo e analisar os dados referentes à evasão escolar na modalidade educação de jovens e adultos, bem como discutir alternativas para a superação do fracasso escolar na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Dr. Jones dos Santos Neves”, localizada em Baixo Guandu-ES, pode-se afirmar ter sido possível conhecer mais sobre a problemática da evasão escolar. Tanto os professores quanto os alunos entrevistados apontaram o fenômeno da evasão escolar como multifacetado, ou seja, a partir de vários determinantes sociais, como o nível social em que o aluno está inserido, o uso de recursos tecnológicos condizentes ou não com a realidade, o cansaço por ter trabalhado o dia todo, a falta de incentivo por parte das políticas públicas, a formação específica para os professores da EJA.

Considera-se, portanto, a evasão escolar como uma séria problemática ocasionada por diversos fatores internos e externos à escola. Contudo, não deve ser vista exclusivamente como fracasso do aluno, mas também como da própria instituição de ensino, que reiteradas vezes não alcança seus objetivos, especialmente no que se refere à produtividade do estudante. Deve ser entendida também como um fracasso social e político, uma vez que as políticas públicas de educação não conseguem atender às necessidades de seus estudantes e professores, dificultando a realização dos processos de ensino-aprendizagem, além, é claro, das mazelas sociais que atingem tantos estudantes brasileiros dessa modalidade de ensino, como já apontado anteriormente.

Nesse sentido, não basta apenas a escola concentrar-se para resgatar esses estudantes, é preciso que o Governo invista em políticas públicas que garantam melhor qualidade de vida para as famílias menos favorecidas, proporcionando oportunidades de acesso ao trabalho a fim de que possam garantir aos seus filhos condições de permanecerem no meio escolar, com maiores oportunidades de inserção no mercado de trabalho e melhor qualidade de vida. Além disso, a gestão pública deve oferecer formação específica para os professores dessa modalidade de ensino, dando-lhes condições de realizarem um trabalho mais interessante no contexto escolar, voltado para as necessidades e interesses dos jovens e adultos.

O estudo mostrou ainda que os índices na escola estudada são preocupantes, possibilitando entender que não se trata apenas de uma “dívida histórica”, de cunho social, mas, também, de cunho cognitivo para com os estudantes dessa modalidade de ensino, afinal a produção do conhecimento acaba cerceada.

Enfim, a maior consequência da evasão escolar é a consolidação da desigualdade social que, por sua vez, coloca as pessoas numa situação completamente desprotegida, com dificuldades de saída dessa complicada condição. É imprescindível o conhecimento da realidade dos estudantes, do contexto em que a escola está inserida, bem como dos recursos didáticos e pedagógicos utilizados pelos professores, de modo a compreendê-los à luz de estudos que auxiliam “clarificar” seus determinantes e apontam intervenções necessárias e possíveis, contribuindo para que a escola seja capaz de planejar e implementar ações voltadas à diminuição dos índices de evasão escolar.

Desse modo, esse é o momento de se buscar alternativas, as quais propiciem que escola, família e a sociedade em geral consigam compreender as relações internas e externas que se estabelecem, as quais interferem de forma significativa no processo ensino-aprendizagem e que acabam por conduzir o abandono da escola por uma parcela jovem da população o que, por consequência, impacta na vida socioeconômica e cultural das futuras gerações.

Deve-se buscar, portanto, novas possibilidades de intervenção nos contextos escolares, como o uso metodologias diversificadas para a “superação” da evasão,

permitindo que esses estudantes permaneçam o maior tempo possível na escola, de forma a contribuir para aumentar suas chances de inserção no mercado de trabalho e maior inclusão na sociedade.

7 RECOMENDAÇÕES

Na sequência da presente dissertação surgiram alguns aspectos para a continuidade dos trabalhos nesta área de estudo. Recomenda-se que um trabalho diferenciado seja oportunizado uma vez que a diversidade na faixa etária desses sujeitos da educação de jovens e adultos é significativa. Sendo assim, possibilitará um ensino com trocas de saberes e de forma contextualizada onde a tecnologia seja um meio e não um fim no processo ensino/aprendizagem.

Recomenda-se, ainda, que o trabalho com jovens e adultos deve buscar alternativas propiciando que a escola, a família e a sociedade em geral entendam, de forma clara e objetiva, que a aprendizagem por meio do uso dos recursos tecnológicos deve acontecer de forma significativa objetivando diminuir o abandono escolar desses sujeitos que veem nessa modalidade de ensino uma chance de novos conhecimentos.

Nesse sentido, a recomendação aqui apresentada visa novas possibilidades de intervenção nos contextos escolares tendo como respaldo metodologias diversificadas por meio dos recursos tecnológicos permitindo que jovens e adultos vejam nesse ensino algo que seja significativo para a sua aprendizagem e, assim, contribuir para aumentar suas chances de inserção na sociedade por meio da aprendizagem no contexto escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Wanda Medrado. **A didática da educação básica de jovens e adultos: uma construção a partir da prática do professor**. Rio de Janeiro, 1991. 241p. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ALBA, J.A. **A EJA e suas implicações**. Rio de Janeiro, Moderna, 2017.

ALONSO, Myrtez (Org.). **O trabalho docente: teoria & prática**. São Paulo: Pioneira, 1999.

ANDRADE, E. O. **A escolarização de jovens e adultos trabalhadores do município de Carangola – MG**. Rio de Janeiro, RJ: UFF, 2005. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense, 2015.

ANDRADE, E. R. **Os jovens da EJA e a EJA dos jovens**. In: OLIVEIRA, I. B.de; PAIVA, J. (Org.). Educação de jovens e adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 43-54.

ANDRADE, M. M. **Técnicas para elaboração dos trabalhos de graduação**. In:

ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ARAÚJO, Rogério Valadares Solange. **Coleções Aprendizagem Divertida – Editora FAPI**. 2003

ARAÚJO, Rogério Valadares Solange. **Coleções Aprendizagem Divertida**. Editora FAPI. 2003

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Educação de Jovens-Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: Leôncio Soares; Maria Amélia Giovanetti; Nilma Lino Gomes. (Org.). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ARROYO, Miguel G. da. **Escola coerente à Escola possível**. São Paulo: Loyola, 1997 (Coleção Educação popular – nº 8.).

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e Leitura**. São Paulo, Cortez, 1994.

BARREIRA, Maria Cecília. **Avaliação participativa de programas sociais**. São Paulo: Veras, 2000.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL. História da Educação no Brasil. Período do Regime militar**. Pedagogia em foco, Vitória 1993, Disponível em < <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb10a.html>>. Acesso em: 14 de agosto de 2017 às 14h25min.

BRANCO, Pedro Paulo M. B., **Juventude e Trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas**. In: Abramo, H. W; BRANCO, P. P. M. (orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto de Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2008.

BRANDÃO, Zaia et alii. **O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil**. In Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 64, nº 147, maio/agosto 1983, p. 38-69.

Brandão, Zaia; Baeta, Anna Maria Bianchini; Rocha, Any Dutra Coelho da. **Evasão e repetência no Brasil: a escola em questão**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 25 maio 2016.

_____. **Decreto nº 5.840, de 13/07/2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/Decreto/D5840.htm>. Acesso em 11 de agosto de 2017 às 12h47min.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CEB n. 4/98**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, DF: MEC/CNE, 1998.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria do Ensino Fundamental. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** Lei nº 9.394/96 Brasília. MEC/SEF, 1996.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1999** – Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições técnicas, 2002.

_____. PROEJA. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Educação Profissional Técnica de Nível Médio / Ensino Médio**. Documento Base. MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_fundamental_ok.pdf> Acesso em 10 de agosto de 2017 às 15h27min.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitui...>. Acesso em: 21 nov. 2016.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixam Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Parecer CEB nº 4/98, aprovado em 29/01/98. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

BRONZATE, S. T. **Políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos: O Programa Integrado de Qualificação desenvolvido pelo município de Santo André**. São Paulo, SP: USP, 2008. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, 2013.

BRUNEL, C. **Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

BRUNER, Jerome. **O processo da educação**. São Paulo: Cia, Editora Nacional, 2001.

CATELLS, Manuel. **“A África na Era da Internet”**. In: Folha de São Paulo, caderno Mais, São Paulo, 20 ago. 2000.

CORTELLA, M. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo: Cortez editora, 1999.

FERREIRA, F. A. **Fracasso e evasão escolar**. 2013. Disponível em: <<http://educador.brasilescola.com/orientacao-escolar/fracasso-evasaoescolar.htm>>. Acesso em: 20 maio 2016.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FARIAS A. F. **Identificando os sujeitos da educação de jovens e adultos no município de Presidente Prudente**. São Paulo, 2010 p. 23- 24.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

FERREIRA, F. A. **Fracasso e evasão escolar**. 2013. Disponível em :. Acesso em: 20 maio 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, 18ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

FRIEDMAN, Adriana – Brincar: Crescer e Aprender – **O Resgate do Jogo Infantil** – Editora Moderna. 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A formação e profissionalização do educador: novos desafios**. In: GENTILLI, P. e SILVA, T.T. da, (Orgs). Escola S.A. Brasília, CNTE, 1996.

GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E (Orgs.) – **Educação de Jovens e Adultos, teoria, prática, e proposta**, 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Um legado de esperança**. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GENTIL, V. KEJA: **Contexto Histórico e Desafios da Formação Docente**. In: Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos. Revista Eletrônica. 2005. Disponível em: <http://cereja.org.br>. Acesso em: 16 de agosto de 2017 as 13h35min.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, 1995.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. Paulo Ghiraldelli JR. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1988.

HADDAD, Sérgio. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1986-1998)**. Série Estado do Conhecimento. MEC/INEP/Comped. Brasília, 2002. Disponível em: www.acaoeducativa.org e www.dhescbrasil.org.br>. Acesso em 14 de agosto de 2016.

HADDAD, Sérgio. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1986-1998)**. Série Estado do Conhecimento. MEC/INEP/Comped. Brasília, 2002. Disponível em: www.acaoeducativa.org e www.dhescbrasil.org.br>. Acesso em 26 de outubro de 2015.

HARGREAVES, A. **Os professores em tempo de mudança**. São Paulo: McGrawhill, 2008.

IBGE. **Diretoria de pesquisa, coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. 2007/2015.

IDEB. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Formação em Ação, 2012. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/File/CIENCIAS_IndicedeDesenvolvimentodaEducaçãoBásica.pdf>. Acesso em: 22 maio 2016.

INEP. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Base de informações municipais**. Rio de Janeiro, 2014. 1 CD-ROM. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Informe estatístico do MEC revela melhoria do rendimento escolar, 1998. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/c/journal/view_article_content?groupId=10157&articleId=19141&version=1.0>. Acesso em: 22 maio 2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. **Censo Escolar de 2008**. Brasília, 2007. Disponível em: Acesso em: 28 maio 2106.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Informe estatístico do MEC revela melhoria do rendimento escolar, 1998.

KINGKL, Erika. **Abandono Escolar de Jovens e Adultos**. Correio Braziliense, Brasília, 04 de agosto de 2009.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Cengage Learning, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MACHADO, Márcia Rodrigues. **A evasão nos cursos de agropecuária e informática/nível técnico da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes (MG, 2002 a 2006)**. 2009. 131 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da UNB, Brasília, DF, 2009.

MALUF, Cristina Munhoz – **Brincar, Prazer e Aprendizado na EJA** – 3ª Edição – Editora Vozes.2005.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARUN, D. J. **Evasão escolar no Ensino Médio: um estudo sobre as trajetórias escolares acidentadas**. São Paulo, SP: PUCSP, 2014. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação).

MELO, C. M.R. **As atividades lúdicas são fundamentais para subsidiar ao processo de construção do conhecimento na EJA**. Informação Filosófica. V.2 nº1 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30ª edição. RJ, Petrópolis: Vozes, 2017.

OLIVEIRA, C. E. **Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**. Revista brasileira de educação, E.S: n. 12, p. 59-73, set./dez., 2009.

OSMAR, Fávero. **A história da alfabetização de adultos em questão**. Entrevista. Em Um Salto para o Futuro. Concedida em 18 de julho 2003. Disponível em <<http://www.google.com.br>> acesso em 12 agosto 2016.

PAIVA, J. **Educação de jovens e adultos: questões atuais em cenário de mudanças**. In: OLIVEIRA, I. B.; PAIVA, J. (orgs). **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1997.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do psicólogo 1999.

PELLISSARI, L. **O fetiche da tecnologia e o abandono escolar na visão de jovens que procuram a educação profissional técnica de nível médio**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

PENIN, Sônia T. S ; VIEIRA, Sofia L. **Progestão: como articular a função social da escola com as especificidades e as demandas da comunidade?** módulo I. Brasília: Consed, 2001.

RAPPAPORT, Clara Regina. **Psicologia do desenvolvimento na EJA**– volume 4 – Editora Pedagógica e Universitária LTDA – 1991 – SP.

RIFFEL, S. M.; MALACARNE, V. **Evasão escolar no ensino médio: o caso do Colégio Estadual Santo Agostinho no município de Palotina, PR**, 2010.

SANTOS, Santa Marli Pires dos, (org.), **Brinquedoteca: O Lúdico em diferentes contextos** – Editora Vozes – 1997.

STEIMBACH Allan Andrei. **Juventude, escola e trabalho: razões de permanência e do abandono no curso técnico em agropecuária integrado**, 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

UNESCO, **Educação: um tesouro a descobrir**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

VIEIRA, M. C. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos** – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2014.

VYGOTSKY, L.S. **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

ZUNTI, M. L. G. C. **A Educação de Jovens e Adultos promovida pelo MOBRAL e a Fundação Educar no Espírito Santo, de 1970 a 1990: uma análise dos caminhos percorridos entre o legal e o real**. Vitória, ES: Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

É notável que a evasão escolar é um fator que contribui para o fracasso escolar na educação de jovens e adultos no município de Baixo Guandu-ES. Com base nessa premissa, o presente questionário vem para auxiliar a entender o que desencadeia esse evento na referida escola em estudo.

Nesse sentido, a pesquisa visa atender interesses educacionais e sociais, portanto, caro (s) aluno (a), conto com sua valiosa ajuda respondendo às questões abaixo. Sua sincera opinião contribuirá para fundamentação da pesquisa que tem como objetivo compreender o fenômeno evasão escolar na educação de jovens e adultos no município de Baixo Guandu-ES.

CARACTERÍSTICAS DO SUJEITO DA PESQUISA

Iniciais do Nome	
Local de trabalho	
Tempo de estudo	
Profissão	
Idade	

CARACTERÍSTICAS GERAIS

TEMA: A Educação de jovens e adultos e a evasão escolar: desafios e possibilidades da educação básica no Brasil.

1 Para você, o que leva os alunos a desistirem da sala de aula?

- a- () trabalho e escola
- c- () falta de incentivo da família
- b- () nível sociocultural
- d- () práticas de ensino desenvolvidas na sala de aula

2 Quais os principais recursos que os professores que trabalham na modalidade de educação voltada para jovens e adultos utilizam na sala de aula?

- a- livro didático
- c- datashow
- b- jornais e revistas
- d- sala de informática

3 Na sua opinião, o que poderia ser feito para diminuir a evasão escolar na modalidade de educação de jovens e adultos?

- a- um ensino voltado para áreas técnicas
- b- parceria entre família e escola
- c- conteúdos mais significativos para o seu dia-a-dia
- d- mudanças nas práticas de ensino desenvolvidas em sala de aula

4 Para você qual o principal obstáculo em cursar a educação de jovens e adultos?

- a- cansado por ter trabalhado durante o dia todo
- b- a falta de aulas inovadoras por parte dos professores
- c- acesso à escola
- d- dificuldade em aprender os conteúdos ministrados nas aulas

5 Existe incentivo por parte das políticas públicas para você continuar a estudar nessa modalidade de ensino? Caso haja, aponte-as.

não sim _____

6 Por ser uma modalidade destinada a alunos com defasagem de idade escolar, os conteúdos são adaptados a realidade de vocês?

sim não às vezes

7 Você acha que seria mais interessante se os professores usassem práticas inovadoras, ou seja, outros tipos de atividades?

sim não às vezes pelo menos amenizar

8 Qual a principal mudança você acha que deveria ocorrer nessa modalidade de ensino para que se tornasse mais atraente e significativa para vocês e, assim, diminuísse a evasão?

- a- () aulas mais dinâmicas
- b- () conteúdos voltados para a nossa realidade
- c- () trabalho mais diversificado por parte da escola
- d- () não existe nada que pode ser feito

9 O que gerou esse atraso em sua vida escolar?

- a- () necessidade de trabalhar para ajudar em casa.
- b- () não gostava de estudar
- c- () não tive oportunidade de estudar, pois morava longe da escola
- d- () meus pais não deixavam eu estudar

10 Dentro das diversas mudanças na sociedade, qual o grau de importância você dá para os estudos?

- a- () 10%
- b- () 40%
- c- () 70%
- d- () 100%

APÊNDICE 2

QUESTIONÁRIO PARA O PROFESSOR E EQUIPE PEDAGÓGICA

É notável que a evasão escolar é um fator que contribui para o fracasso escolar na educação de jovens e adultos no município de Baixo Guandu-ES. Com base nessa premissa, o presente questionário vem para auxiliar a entender o que desencadeia esse evento na referida escola em estudo.

Nesse sentido, a pesquisa visa atender interesses educacionais e sociais, portanto, caro (s) aluno (a), conto com sua valiosa ajuda respondendo às questões abaixo. Sua sincera opinião contribuirá para fundamentação da pesquisa que tem como objetivo compreender o fenômeno evasão escolar na educação de jovens e adultos no município de Baixo Guandu-ES.

CARACTERÍSTICAS DO SUJEITO DA PESQUISA

Iniciais do Nome	
Local de trabalho	
Tempo de atuação na área	
Especialização	
Idade	

CARACTERÍSTICAS GERAIS

TEMA: A Educação de jovens e adultos e a evasão escolar: desafios e possibilidades da educação básica no Brasil.

1 A escola desenvolve algumas atividades que visam amenizar a evasão escolar na educação de jovens e adultos?

() Sim () Não () Às vezes () Não existe evasão escolar

2 A escola ou a rede de ensino oportuniza capacitação para os profissionais que trabalham na modalidade de educação voltada para jovens e adultos?

() Sim () Não () Às vezes () Raramente

3 Quais os principais recursos que os profissionais que trabalham na modalidade de educação de jovens e adultos utilizam na sala de aula?

- () Livro didático
- () Datashow
- () Jornais e revistas
- () Sala de informática

4 Na sua opinião, quais as principais causas que levam à evasão escolar na educação de jovens e adultos?

- () Trabalho e escola
- () Falta de incentivo da família
- () Nível sociocultural
- () Práticas de ensino desenvolvidas na sala de aula.
- () Outro

5 Para você o que poderia ser feito para diminuir a evasão escolar na modalidade de educação voltada para jovens e adultos?

- () Um ensino voltado para áreas técnicas
- () Parceria entre família e escola
- () Parcerias com instituições, como assistência social e promotoria
- () Mudanças nas práticas de ensino desenvolvidas na sala de aula
- () Outro _____

6 Qual o principal obstáculo para trabalhar com a educação de jovens e adultos?

- () A quantidade de falta dos discente
- () Falta de perspectiva por parte dos alunos
- () Dificuldade de aprendizagem que eles possuem
- () Nível sociocultural
- () Outro _____

7 Existe incentivo por parte das políticas públicas para essa modalidade de ensino? Caso haja, aponte-as.

- () Não
- () Sim

8 Qual a porcentagem de evasão escolar, em média, se tem por turmas nessa modalidade de ensino?

10% 40% 60 % 80%

9 Por ser uma modalidade que vivencia o horário noturno e com alunos com defasagem escolar, existe indisciplina na escola?

Sim Não Às vezes

10 Por meio de práticas inovadoras seria possível diminuir a evasão e, por conseguinte, mudar o cenário da educação de jovens e adultos?

Sim Não Às vezes Pelo menos amenizar

11 Quais as dificuldades de se trabalhar com alunos do turno noturno?

- Evasão
- Falta de um currículo diferenciado, focado na realidade dos educandos
- Capacitação na área
- Drogas
- Outro

12 Quais metodologias de ensino são usadas, atualmente, nas aulas da EJA?

- Tradicionais
- Baseadas em atividades lúdicas
- Baseadas na realidade dos educandos
- Baseadas em aulas dialogadas
- Outras _____

13 Durante o seu processo de formação profissional participou de cursos/formações relacionadas a EJA?

Sim Não

14 Indique uma medida que poderia ser tomada pelos docentes e/ou equipe pedagógica da escola para minimizar a evasão escolar na EJA.

- Trabalhar com foco na realidade dos alunos
- Priorizar a tecnologia na sala de aula

- () Inovar as aulas constantemente
- () Mudanças no currículo

APÊNDICE 3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(PARA PARTICIPANTES DA PESQUISA MAIORES DE IDADE)

INSTITUTO PEDAGÓGICO DE VITÓRIA
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Tema da Pesquisa: A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A EVASÃO ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

1. Pesquisadora responsável: Marilza de Lourdes Thomazini Stinguel

2. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Danielle Piontkovsky

3. Objetivo da pesquisa e justificativa: O estudo apresenta de forma simples e sucinta teorias que dão respaldo para analisar os dados referentes à evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos, mostrando que muito já está sendo feito, mas que existem muitos desafios a serem alcançados.

A partir das informações acima citadas, convidamos o(a) senhor(a) para participar da referida pesquisa. A concordância na participação dessa pesquisa é voluntária, livre e gratuita, não haverá nenhum tipo de pagamento e o(a) senhor(a) também não terá despesa alguma durante a realização do estudo. É de garantia plena também aos colaboradores (as) do estudo, o sigilo de sua identidade e o anonimato das informações prestadas à pesquisadora. Ainda poderão ser realizados questionários, assim como entrevistas e imagens junto aos sujeitos envolvidos na pesquisa, a partir da assinatura desse termo de consentimento.

Declaramos estar ciente das informações acima prestadas e consentimos em participar desta pesquisa.

Nome do Participante

Assinatura do Participante

Contato telefônico

E-mail

Local e Data: _____



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
EEEFM "DR. JONES DOS SANTOS NEVES"

E.E.E.F.M. "DR. JONES DOS SANTOS NEVES"
Rua Antônio Sampaio, 1423 - Sapucaia
Telefax: (27) 3732-1529 - Baixo Guandu - ES
Entidade Mantenedora:
Governo do Estado do Esp. Santo
Criação: P.A.D.E. nº 91/76
Portaria nº 738-E de 09/04/76
Aprovação: Res. Nº 27/86 de 09/05/86
Criação Ensino Médio Port. 220-R de 27/10/2006
Aprovação Ens. Méd. Res. Nº 2193/10 de 08/04/2010

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a Mestranda Marilza de Lourdes Thomazini Stinguel, regularmente matriculada no Curso de Mestrado em Ciências da Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, realizar a pesquisa intitulada "A Educação de Jovens e Adultos e a Evasão Escolar: Desafios e Possibilidades da Educação Básica no Brasil" com o objetivo de analisar dados referentes à evasão escolar apresentados por uma escola no município de Baixo Guandu-ES, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, bem como discutir alternativas para a superação do fracasso escolar:

Cabe à solicitante elaborar Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para ser assinado pelos profissionais que participarão da pesquisa, recebendo assim, a autorização para a utilização dos dados coletados que deverão ser analisados sob a ética da pesquisa científica e apresentar o resultado do estudo aos profissionais dessa Rede Estadual de Ensino.

As informações coletadas deverão ser utilizadas exclusivamente para a realização da pesquisa acima enfocada, sob o acompanhamento da Equipe Gestora da escola campo de pesquisa.

Baixo Guandu-ES, 30 de junho de 2017.

pp/ Liana Barbosa Zandoménico
Liana Barbosa Zandoménico
pedagoga

Helton Bruno de Souza
Diretor Escolar

Nº Func. 2765098-6